



REDE SOCIAL

Conselho Local de Acção Social de Arganil

Plano Desenvolvimento Social

Execução do Trabalho:

Núcleo Executivo constituído por:

Dúlio Gouveia Ferreira Pimenta, pela Câmara Municipal de Arganil;

José Dias Coimbra, pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil;

Fernanda Maria Figueiredo Dias, pelo IEFP/Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil;

Júlia Simões, pelo Centro Distrital de e Segurança Social de Coimbra;

Aida Elias, pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil;

Margarida Gomes, pelas Juntas de Freguesia do concelho;

Rogério Costa Leal, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social concelhias;

Ana Maria Afonso Alves, pela Câmara Municipal de Arganil;

Anabela de Paiva Fernandes Dias, pela Câmara Municipal de Arganil/Programa Rede Social;

Alice Correia, pela Assistência Folquense;

Supervisão:

António Manuel Reis Batista;

Coordenação:

Anabela Fernandes Dias;

Colaboração:

Maria do Carmo Jorge, pela Câmara Municipal de Arganil;

INDICE

- Nota Pessoal do Presidente	4
1 – Síntese Estratégica	5
2 – Introdução	8
3 – Princípios e Metodologias do Plano de Desenvolvimento Social	11
4 – Contextualização do Diagnóstico	13
4.1. – Necessidades Prioritárias Consensualizadas	14
4.2. – Problemas e Oportunidades	15
4.3. – Prioridades de intervenção para o Concelho de Arganil	17
4.4. – Opções Estratégicas	19
5 – Estratégia de Desenvolvimento Social do Concelho	20
6 – Projectos Estruturantes	42
7 – Carta de Localização de Equipamentos e Respostas Sociais	57
7.1. Critérios de Observação dos Equipamentos e Respostas Sociais	58
7.2. - Cartografia	59
7.3. – Carta de Referência (Equipamentos Existentes, em Construção, Previstos/Com Candidatura/Aprovados)	61
7.4. – Carta de Implantação (Localização Tipo)	65
8 – Articulação/Integração da Intervenção Social	67
8.1. – Circuito e Critérios de Emissão de Pareceres	68
8.1.1. – Critérios para a Emissão de Pareceres	69
8.2. Projectos	70
8.3. – Fórum de Planeamento Concelhio	72
9 – Articulação de Instrumentos de Planeamento	75
9.1. – Articulação do Plano de Desenvolvimento Social com o PNAI	76
9.2. Plano Director Municipal	81
10 – Avaliação	82
11 - Divulgação	90
12 – Monitorização	91
13. - Sistema de Informação da Rede	92

 **Nota Pessoal**

Presidente do Conselho Local de Acção Social

A potenciação do Desenvolvimento Social do Concelho de Arganil tem sido a matriz de suporte a todo o trabalho de implementação da Rede Social concelhia, assentando em dois pressupostos fundamentais: por um lado, a noção de um desenvolvimento sustentável, onde se articule o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente e, por outro lado, a transparência na administração em todos os sectores, evitando formas de discriminação, encorajando à Parceria as diversas organizações livres, representativas da sociedade civil, accionando a sua participação, a sua interacção, o confronto de perspectivas sobre a realidade concelhia e a tomada de decisões de intervenção.

Depois da identificação dos problemas, prioridades e recursos inscritos no Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social permite o salto qualitativo para um nível de decisão, onde são efectuadas priorizações, se desenha uma orientação e um cenário de transformação da nossa realidade social.

Assente num processo de planeamento estratégico, define as linhas orientadoras da intervenção, isto é, as finalidades, os objectivos e as estratégias que nos permitam melhorar as condições de vida dos nossos Municípios.

O desafio da sua operacionalização em Planos de Acção, com actividades e co-responsabilização dos Parceiros na sua execução, com recursos a agilizar e intervenções a aprofundar, será a via para chegarmos a categorias populacionais específicas, ou a micro territórios mais vulneráveis ou ainda a áreas sectoriais mais problemáticas.

Revedo todo o investimento da equipa municipal na Rede Social concelhia, apraz-nos verificar a conclusão dos “produtos” inscritos na candidatura e, simultaneamente, o desafio da sua exequibilidade – a participação, o redimensionamento constante do processo, as sinergias, a equidade, a clareza e a qualidade serão pilares para um desenvolvimento que é de todos.

O caminho faz-se percorrendo-o.

O Presidente do Conselho Local de Acção Social,

Rui Miguel da Silva

1 - Síntese Estratégica do PDS do Concelho de Arganil

A estratégia de desenvolvimento social de Arganil assenta na activação e potenciação de três factores críticos de desenvolvimento do concelho:

- A qualidade ambiental e patrimonial do concelho que pode servir de base a um tecido produtivo e empresarial viável e competitivo gerador de emprego e inserção social.
- A cobertura do concelho com IPSS'S, que no terreno respondem às problemáticas sociais e que podem ser mobilizadoras de iniciativa local também ela geradora de emprego, mas sobretudo de qualificações e oportunidades de integração e inclusão social.
- A dinâmica crescente de parceria e integração institucional orientada para os micro-territórios / freguesias que podem gerar um conjunto de serviços e respostas de proximidade local qualificadora, capaz de atrair residentes e inverter as tendências de desertificação e envelhecimento demográfico.

A empregabilidade no concelho é vista como factor chave da inserção e desenvolvimento social, pela possibilidade que representa para os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis com as respectivas problemáticas sociais associadas, de abrirem horizontes de inserção e realização social e pessoal, facilitadora de uma cidadania plena e da autonomização em relação aos serviços e respostas sociais de cariz fortemente assistencialista que predominam na área social.

O concelho detém uma base empresarial restrita mas com dinamismo e capacidade de inovação, o que permite uma articulação de interesses e expectativas crescente no âmbito da rede social. Esta interacção pode assentar num recurso crítico do concelho – a capacidade institucional na área da formação profissional que representa uma clara mais valia para o concelho e responde à necessidade de atracção de investimento empresarial e de qualificação da população activa com fortíssimos défices a esse nível.

A conjugação de esforços a nível intersectorial levou neste âmbito à definição no PDS de um Projecto Estruturante que se pretende mobilizador e focalizador de vontades e recursos capazes de produzir mudanças e oportunidades significativas.

Esta problemática foi também considerada estratégica definindo um eixo de intervenção que se pretende tornar coerente e integradora dos recursos, projectos e intervenção das instituições.

A complexidade da realidade social do concelho propiciou a emergência de um conjunto de respostas sociais com dimensão no concelho que garantem a cobertura básica das necessidades da comunidade.

No entanto o potencial estratégico destas instituições não se esgota nas respostas sociais tipificadas e pode ser impulsionador de respostas sociais de outro nível de inovação e qualidade, em que as parcerias locais estabelecidas podem atrair recursos e desenvolver projectos promotores do desenvolvimento local.

Por outro lado a desertificação e envelhecimento do concelho, a fuga dos jovens e as baixíssimas qualificações escolares da população torna os serviços das IPSS'S um factor de dinamismo e iniciativa local, às vezes a grande resposta para a empregabilidade de grupos sociais que têm aqui a sua oportunidade de inserção.

Assim, no PDS foi definido um projecto estruturante nesta problemática que se espera venha contribuir para a consolidação da rede de respostas e intervenções sociais, qualificando-a e orientando-a para um novo patamar técnico de inovação e responsabilidade social.

Este sector foi considerado um eixo estratégico para o desenvolvimento social do concelho, integrando um conjunto de intervenções consideradas estratégicas.

A configuração geográfica do concelho, pela dispersão e dimensão do território, conjugado com a dispersão humana e as dificuldades de acesso e mobilidade, que naturalmente acentua as vulnerabilidades sociais dos idosos, dos jovens e a população com baixos recursos económicos, constitui uma problemática crítica para o desenvolvimento do concelho. A rede social mobilizou os representantes destes territórios, os presidentes das Juntas de Freguesia, integrando-os numa rede mais vasta de parceiros, nomeadamente as IPSS'S e organismos da administração pública desconcentrada, de modo a construir uma visão integrada do território.

A equidade territorial no acesso a serviços, recursos e oportunidades para estas comunidades, representa um desafio estratégico na construção do desenvolvimento social, assim como a qualificação das freguesias é um factor de atractividade e fixação da população, capaz de contribuir para a inversão dos ciclos demográficos negativos. Assim,

a intervenção no âmbito micro territorial foi considerada estratégica e integra um eixo de intervenção do PDS e define um projecto estruturante congregador dos recursos e capacidades do concelho.

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Arganil materializa a sua intervenção nas dimensões seguintes:

Projectos Estruturantes:

- “Marca Arganil” – projecto na área da dinâmica empresarial;
- “Qualidade Social” – projecto na área das respostas e equipamentos sociais;
- “Acessibilidade Social” – projecto na área das freguesias;

O PDS definiu neste contexto os grandes eixos de integração estratégica do concelho:

Eixos Estratégicos

Vectores

Projectos Estratégicos

Áreas de Articulação e Integração Institucional

2 - Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) teve por base a elaboração prévia do Diagnóstico Social do Concelho de Arganil.

Este Documento é um instrumento de planeamento da intervenção social do Concelho, tendo como contributos a cooperação e participação dos actores locais.

Visa repensar a intervenção social, ou seja, passar de uma visão assistencialista dos fenómenos da pobreza e da exclusão social, para uma perspectiva de prevenção dos problemas, da participação da comunidade e da promoção da qualidade de vida da população, factores fundamentais para o desenvolvimento social do Concelho.

O PDS pretende definir prioridades e estratégias que promovam o desenvolvimento social local, conjugando vontades, iniciativas e recursos. A implementação das metodologias, estratégias, projectos e acções vão permitir a concretização dos objectivos prioritários.

Neste sentido, o documento é composto por vários capítulos, nomeadamente:

Projectos Estruturantes – pretendem definir projectos à escala concelhia/territorial, sustentados numa parceria alargada inter-institucional.

O âmbito específico destes projectos consiste na focalização dos recursos para um problema estrutural, produzindo aí impactos significativos no desenvolvimento social do concelho.

Pretende-se que estes projectos exerçam um papel integrador das intervenções dispersas de pequena dimensão, criando e potenciando recursos para intervenções de qualidade e transformadoras da realidade social.

Estratégia de Desenvolvimento Social – engloba os eixos estratégicos de intervenção às prioridades identificadas, nomeadamente intervenção social em rede, intervenção territorializada e desenvolvimento do potencial endógeno.

Carta de Localização de Equipamentos e Respostas Sociais – pretende identificar os equipamentos existentes, aqueles projectados/candidatados/aprovados e, de acordo com as necessidades identificadas, definir os equipamentos/valências a implantar no futuro. Permitindo assim a rentabilização dos recursos existentes, evitando a

duplicação de respostas, apostando sim, em respostas inovadoras às necessidades identificadas.

Articulação/Integração da Intervenção Social – o objectivo é tornar clara a emissão de pareceres a futuras candidaturas, explicando quais os critérios e o circuito utilizado pelo Núcleo Executivo da Rede Social para a emissão de pareceres.

Articulação de Instrumentos de Planeamento – é no local que a concretização da mudança e das políticas sociais operam. Desta forma, o planeamento da intervenção local não pode ser entendido e programado, sem a articulação necessária com os outros instrumentos de planeamento.

As opções estratégicas tomadas para o Concelho deverão estar em concordância com o que são as prioridades nacionais e regionais e em perfeita harmonia com outros locais. No entanto, deve-se ter em linha de conta, as especificidades locais e integrá-las nas prioridades gerais do país.

Avaliação – é uma etapa transversal do processo de planeamento, sendo imprescindível a este. Deverá ser entendida como um elemento de aprendizagem para a parceria, assim como, um momento de reflexão útil para o planeamento das intervenções futuras, identificando pontos de reordenação ou reforço das acções.

Esta fase é um processo dinâmico que, permite a verificação da concretização dos objectivos, do impacto da acção e que leva à reflexão e à redefinição da intervenção.

Divulgação – o documento PDS será divulgado a todas as instituições do Concelho e à comunidade em geral, de forma a dar visibilidade ao trabalho desenvolvido e planeado para o Concelho.

Querendo assim com esta divulgação, chamar a atenção para as questões da pobreza e da exclusão social e para a mobilização e participação de todos, nas intervenções realizadas ou a realizar no Concelho.

Plano de Acção – espelha um documento enquadrador de uma política de desenvolvimento social, sustentado pelo PDS. Encerra um conjunto de acções em torno de objectivos comuns, que optimizam os recursos existentes ou criam novos, de forma a responder às necessidades prioritárias diagnosticadas.

Desta forma, as intervenções deverão continuar a ter como principais preocupações a ênfase no desenvolvimento local, assente no pressuposto do combate à pobreza e exclusão.

Realçamos que o êxito do Plano de Acção, depende da troca de experiências entre os vários parceiros, bem como, da inovação e criatividade das actividades/acções para operacionalizar os objectivos definidos.

3 - Princípios e Metodologia do Plano de Desenvolvimento Social

Enquanto instrumento de planeamento de intervenção social do Concelho de Arganil, o Plano de Desenvolvimento Social congrega a actuação das redes de solidariedade locais, no combate à pobreza e à exclusão social, assim como na promoção do desenvolvimento social.

Este instrumento tem como princípios de intervenção:

- O Princípio da Subsidiariedade, o qual pressupõe que só depois de esgotados todos os recursos e competências locais, se efective o recurso a outros níveis de encaminhamento dos problemas (local / regional / nacional);
- O Princípio da Integração Social, que subentende a efectivação de intervenções integradas e multi-sectoriais, potenciando uma maior eficácia nas respostas aos problemas locais;
- O Princípio da Articulação, que apela à construção de sinergias, à complementaridade de uma parceria onde se partilham esforços e responsabilidades locais, rentabilizando recursos;
- O Princípio da Participação, dos agentes locais e das populações, no combate à pobreza e à exclusão social;
- O Princípio da Inovação, que define o incremento da multidisciplinaridade, da multi-sectoriedade e da desburocratização.

A estes princípios está subjacente a importância da organização territorializada do planeamento e da intervenção, devendo-se os resultados obtidos ao trabalho e participação dos parceiros envolvidos, que conhecem o seu trabalho social e partilham um modelo de intervenção em rede como factor potenciador do desenvolvimento social local.

Assim, na estruturação do Plano de Desenvolvimento Social, foram considerados os seguintes princípios básicos:

- 1) A participação como base de comunicação que permite a interacção eficaz dos vários actores;
- 2) A participação como método de negociação do projecto entre todas as partes que nele intervêm: financiadores, parceiros, beneficiários, entidade gestora;

- 3) A clarificação dos processos de decisão, que são objectivados e tornados transparentes;
- 4) O incremento da qualidade técnica que a integração de conhecimentos dos peritos externos permite;
- 5) O rigor de procedimentos e normas técnicas que permitem reduzir a fricção e conflitualidade inerentes aos projectos;
- 6) Avaliação objectiva e transparente em todas as fases do projecto;
- 7) A concepção como sistema aberto que possibilita a integração de outros métodos e técnicas onde necessários e úteis.

Para a elaboração do PDS, recorreu-se a um conjunto estruturado de procedimentos e normas técnicas, os quais permitem a definição, planeamento e avaliação de projectos de intervenção e desenvolvimento.

Com a metodologia adoptada, objectiva-se:

- Criar um interface de competência técnica para otimizar o planeamento e a avaliação dos projectos;
- Adequar o Ciclo do Projecto aos fluxos de decisão, comunicação e negociação que envolvem os participantes nos projectos;
- Uniformizar e padronizar nas instituições e organizações locais a linguagem técnica do planeamento e avaliação;
- Adequar as normas técnicas do planeamento e avaliação aos padrões internacionais;
- Planear a avaliação como um sistema aberto de aprendizagem e correcção dos projectos;
- Permitir a avaliação e o replaneamento dos projectos em qualquer fase da sua implementação, flexibilizando a intervenção;
- Facilitar a tomada de decisões *in situ* de modo a favorecer a operacionalidade do projecto;
- Gerar um aumento de eficiência e produtividade na capacidade de planear, avaliar, através de critérios e indicadores objectivos para a gestão global do sistema.

4 – Contextualização do Diagnóstico

Para a elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Arganil, foi seguida uma metodologia assente na participação dos parceiros, organizando-se os trabalhos através da constituição de Grupos Temáticos, inerentes a áreas específicas de análise – “Vulnerabilidades Sociais”, “Desenvolvimento de Freguesias” e “Dinâmica Empresarial, Emprego/Investimento/Turismo”, resultando o levantamento das principais necessidades e prioridades de intervenção, levantamento esse, executado com base na participação dos parceiros e devidamente consensualizado.

4.1. – Necessidades Prioritárias Consensualizadas

Do apuramento das necessidades concelhias, resultante das sessões de trabalho, foram identificadas as seguintes necessidades:

Necessidades Prioritárias	
Vulnerabilidades Sociais	1) Prevenção de comportamentos de risco (desvio social e aditivos);
	4) Transporte social em localidades de maior interioridade
	5) Articulação entre Escolas e Formação Profissional
	6) Competências de organização de base (gestão doméstica e organização familiar)
Desenvolvimento de Freguesias	1) Reabilitar o parque habitacional concelhio
	2) Implementação/alargamento do número de vagas na valência Lar de Idosos
	3) Equipamento de apoio à Infância
	4) Centro de Acolhimento Temporário
	5) Transporte Social
Dinâmica Empresarial	1) Sistematização do conhecimento dos produtos locais com potencial empresarial
	2) Estratégias de marketing adequadas e eficientes para os produtos tradicionais locais
	3) Estruturação associativa dos produtores locais

4.2. - Problemas e Oportunidades

Pela leitura atenta do DIAGNÓSTICO SOCIAL do concelho, ressalta a observação de que a realidade concelhia espelha, tanto ao nível das forças como das fraquezas, características do panorama nacional e regional, incorporando, nalguns aspectos, especificidades locais.

Confirma-se, assim, o pressuposto de que as problemáticas locais têm subjacente, a maior parte das vezes, causas estruturais do país e/ou da própria região.

A análise das Forças e das Fraquezas não pode ser feita isoladamente: há que ter em conta que os diferentes aspectos de uma realidade se correlacionam.

Análise SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças para o concelho de Arganil

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">- Aumento do parque habitacional;- Boa cobertura escolar;- Boa cobertura de equipamentos sociais;- Recursos já criados para a promoção do bem-estar da população;- Conhecimento e experiência adquirida no âmbito do combate à pobreza e exclusão social.	<ul style="list-style-type: none">- Baixas habilitações literárias da população;- Baixas qualificações profissionais;- Insuficiente desenvolvimento da sociedade do conhecimento;- Envelhecimento demográfico;- Insuficiente participação cívica;- Dificuldades na conciliação da vida familiar e profissional;- Existência de algumas formas de pobreza e/ou exclusão social;- Deficiente taxa de actividade;- Pouco desenvolvimento industrial;- Desemprego;- Deficiente atracção de pessoas e actividades.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">- Políticas europeias, nacionais e regionais baseadas num novo modelo de desenvolvimento sustentável em que a coesão económica e social é assumida como objectivo estrutural do processo de desenvolvimento;- Instrumentos e medidas de financiamento disponíveis: Programas Comunitários, Programas Operacionais, Programas Nacionais.	<ul style="list-style-type: none">- Instabilidade da conjuntura económica nacional e internacional;- Dependência de alguns financiamentos externos;- Fim do Quadro Comunitário de Apoio em 2006;- Tendência para o aumento de algumas problemáticas sociais (Toxicodependência, Sida, Desemprego...).

4.3. - Prioridades de Intervenção para o concelho de Arganil

Na sequência da análise das problemáticas e da realidade concelhia, foram definidas no DIAGNÓSTICO SOCIAL como **prioridades gerais de intervenção**:

a) Vulnerabilidades Sociais:

- 1 – Realização PMPT;
- 2 – Mobilização de Parceiros da Rede – Articulação entre Instituições/ Programas/ Projectos;
- 3 – Promoção da relação Escola/Família/Comunidade;
- 4 – Fóruns de discussão/sensibilização;
- 5 – Alargamento do nº de vagas em Equipamentos Sociais;
- 6 – Criação de um Centro de Atendimento Permanente;
- 7 – Banco de Voluntariado para o Concelho de Arganil;
- 8 – Criação de Rede de Transporte Social em Freguesias com menor cobertura da rede viária;
- 9 – Proporcionar maior acessibilidade às populações mais isoladas aos equipamentos básicos concelhios;
- 10 - Articulação entre Escolas e Formação Profissional para maior qualificação profissional e certificação escolar;
- 11 – Formação específica aos Técnicos da área social em áreas específicas e sectoriais;
- 12 – Aquisição de competências de organização do espaço doméstico, formação pessoal e social e organização familiar.

b) Desenvolvimento de Freguesias:

- 1 – Promover reunião entre Câmara e Juntas de Freguesia – Intervenção Habitacional;
- 2 – Reunião entre parceiros com recursos móveis para avaliação de disponibilização;
- 3 – Reunião entre instituições para definição de implantação/alargamento de equipamentos sociais;

4 – Reunião entre Instituições para definição de implantação de creche (candidatura);

5 – Realização de obras para implementação do CAT:

c) Dinâmica Empresarial – Emprego/Investimento/Turismo:

1 – Sistematização do conhecimento dos produtos locais com potencial empresarial;

2 – Criação de marcas territoriais e de produto;

3 – Criação de gabinete de marketing para promoção externa;

4 – Constituição de associação de produtores sectoriais;

5 – Criação de loja associativa para promoção e venda directa de produtos locais tradicionais.

4.4. - Opções Estratégicas

As opções estratégicas da intervenção para o concelho foram decididas pelos parceiros do **Conselho Local de Acção Social**, e outras Entidades externas ao Plenário, que trabalham mais directamente em cada área temática (definidas por problemáticas), durante os **"Workshops Temáticos"**, realizados em Maio de 2005. Estas Sessões de Trabalho tiveram como principal **objectivo**: definir de uma forma participada, as linhas orientadoras para o desenvolvimento social de Arganil, aprofundar as prioridades de intervenção definidas em Diagnóstico, definir estratégias a implementar, priorizar intervenções, definir metas a atingir nas diversas áreas e avaliar a sua viabilidade de concretização.

As **Opções Estratégicas** foram definidas com base numa análise conjugada dos seguintes factores:

- Os **recursos** existentes (quer ao nível da comunidade, quer ao nível de possíveis candidaturas a programas e medidas);
- A **viabilidade** da concretização das acções (a vontade institucional);
- Os **critérios de priorização dos problemas** (a causalidade estrutural, a incidência do problema, o impacto - o grau de influência na resolução de outros problemas e o tipo de população abrangida - grupos vulneráveis);

As Opções Estratégicas foram também tomadas de acordo com os princípios da Rede Social: **integração** (ter em atenção nas diferentes intervenções, a multidimensionalidade dos problemas), a **articulação** (entre as diferentes áreas temáticas, sectores, intervenções e projectos), a **subsidiariedade** (rentabilização dos recursos existentes e a criar), a **inovação** dos processos de trabalho e a **participação** de todos os intervenientes.

Durante o processo de tomada de decisão com base nos critérios supracitados, foram elencadas várias **propostas de intervenção** pelos diferentes parceiros. A escolha de uma ou outra estratégia esteve mais ligada aos recursos existentes e à viabilidade de concretização das intervenções, do que à incidência dos problemas. Por essa razão, existem propostas de intervenção que não foram integradas no PDS mas que sendo válidas e importantes para o desenvolvimento do concelho, poderão vir a ser posteriormente integradas.

5– Estratégia de Desenvolvimento Social do Concelho de Arganil

Na sequência da elaboração do Diagnóstico Social, definimos as grandes linhas de orientação estratégica, englobando as prioridades de intervenção identificadas aos eixos estratégicos de intervenção, ou seja, organizando um quadro de orientação/propostas de intervenção.

Foram definidos os seguintes Eixos de Intervenção:

- 1) Intervenção Social em Rede;**
- 2) Intervenção Territorializada;**
- 3) Desenvolvimento do Potencial Endógeno.**

EIXO 1

Intervenção Social em Rede

EIXO 1 - Intervenção Social em Rede

Quadro de Impactos Estratégicos:

Necessidade Prioritária	Impacto Previsto	Indicadores de Impacto	Rácios de Mensurabilidade
<p align="center">Prevenção de Comportamentos de Risco (Sociais e Aditivos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Informação sobre o risco de substâncias aditivas; - Aquisição de comportamentos preventivos (adiamento da experimentação). 	<ul style="list-style-type: none"> - 80% dos adolescentes do concelho têm informação adequada sobre o uso de substâncias tóxicas; - Média de idades do primeiro contacto. - 100% das Freguesias dispõem de actividades/ espaços de prevenção (número de actividades e/ou espaços criados). 	<p>Não existe informação estatística disponível sobre toxicod dependência.</p> <p>Estilos de vida saudáveis adoptados pelos jovens do concelho.</p> <p>Taxa de alcoolismo entre os jovens(>18 anos).</p> <p>Idade de experimentação de consumo alcoólico/drogas.</p>
<p align="center">Criação de redes de Sociabilidade/ Voluntariado/ Integração Institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estimulação de redes de vizinhança. - Integração das respostas institucionais locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de cobertura do concelho em redes de voluntariado de vizinhança. - N.º de equipas interinstitucionais - N.º equipas interdisciplinares - N.º de respostas integradas 	<p>N.º de respostas sociais apoiadas por voluntários</p> <p>Taxa de cobertura de respostas integradas</p>
<p align="center">Melhoria das acessibilidades a serviços e respostas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cobertura efectiva da rede viária concelhia. - Incremento de 	<ul style="list-style-type: none"> -N.º de utentes transportados; - 80% dos residentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de cobertura de transportes sociais no concelho; - Nível de integração dos

Plano de Desenvolvimento Social / Plano de Acção

<p>sociais/ transportes sociais/ em localidades de maior interioridade</p>	<p>transportes.</p>	<p>isolados dispõem de cobertura viária aos serviços essenciais.</p> <p>- N.º de circuitos de transporte social.</p>	<p>recursos de transporte no concelho.</p>
<p>Articulação entre Escolas e Formação Profissional</p>	<p>Articulação entre os diversos intervenientes na definição dos percursos de inserção profissional dos jovens.</p>	<p>- Número de reuniões de articulação; - N.º de cursos integrados de implementação; - N.º de jovens inscritos;</p>	<p>- Integração de todos os que abandonem o ensino regular e formação profissional adequada; - Taxa de cobertura do concelho em cursos integrados – formação/Educação;</p>
<p>Competências de Organização de base (gestão doméstica e organização)</p>	<p>- Aquisição de competências básicas de organização e gestão familiar. - Aquisição de competências chave de inserção social.</p>	<p>- N.º de famílias alvo de intervenção. - 80% das famílias alvo de intervenção têm adquiridas competências sociais e de organização familiar. - N.º de famílias com projecto de inserção definido.</p>	<p>- Inserção social das famílias alvo de acompanhamento. - Nível de aquisição de competências para as famílias. - Taxa de cobertura do concelho em intervenção para aquisição de competências.</p>

EIXO 1 - Intervenção Social em Rede

Quadros de Orientação Estratégica

Vector de Intervenção	Estratégia	Projectos Estratégicos	Parceria Estratégica	Recursos Prioritários
Articulação das intervenções na área da prevenção de comportamentos de risco/aditivos.	Criar mecanismos de decisão e reflexão conjunta.	Plano Municipal Integrado de Educação para a Saúde.	- Agrupamentos de Escolas de Arganil e Coja; - Escola Secundária de Arganil; - Câmara Municipal de Arganil; - Centro de Saúde de Arganil.	- CASE - PETI - POEFDS - PMPT - Programa Escolher - ARS Centro - OTL
Articulação institucional da intervenção social do concelho	- Qualificação institucional; - Integração de intervenção;	- Fóruns de articulação inter-institucional; - Grupo de trabalho para orientação vocacional (escolha de cursos profissionais e análise de viabilidade para implementação de PIEF).	- Rede social (CLASA) - PETI - Escolas - Centro Emprego FP-Arganil - Autarquia	- POEFDS - Progride - Programa Voluntariado
Melhoria das acessibilidades	Transporte social para localidades de maior isolamento.	Empresa municipal de transporte social.	- Rede social - PDIAS	- Leader (projecto de transporte social) - POEFDS
Intervenção Sócio-Familiar	Qualificação da intervenção.	- Experimentação de novas metodologias de intervenção a grupos específicos; - Formação e supervisão de técnicos.	- CLASA - CPCJ - CMA - IPSS - Segurança Social - CSA	- Progride - EQUAL - POEFDS - Ser Criança

EIXO 1 - Intervenção Social em Rede

Quadro de Integração da Intervenção

Vector de Intervenção	Intervenção/ Projectos em Curso	Projectos Candidatados	Projectos Aprovados (a aguardar financiamento)	Entidade Promotora
Articulação das intervenções na área da prevenção de comportamentos de risco social e aditivo.	- Campanhas de informação/ sensibilização.	- "Ser Criança". - Progride - Centro de Acolhimento Temporário	Progride	- CPCJ - CSA - CMA - IPSS
Articulação institucional da intervenção social do concelho.	- Planos de Acção das Entidades parceiras. - Rede Social.	"Ser Criança" Progride	Progride	- CLASA - CPCJ - RSI - PDIAS
Melhoria das acessibilidades.	Transporte de doentes a unidades de saúde			- CSA
Intervenção sócio-familiar.		"Ser Criança" Progride	Progride	- SCMA - Assistência Folquense - CMA

EIXO 1 - Intervenção Social em Rede

Ficha de Projecto

FICHA DE PROJECTO

PROGRAMA SER CRIANÇA

Título: "SABER CRESCER"

Promotor /Executor: CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL / ASSISTÊNCIA FOLQUENSE

Parceiros: IPSS'S DO CONCELHO / CENTRO DE SAÚDE DE ARGANIL

Grupo Alvo: FAMÍLIAS E CRIANÇAS/JOVENS EM RISCO

Área Geográfica de Intervenção: CONCELHO DE ARGANIL

EIXO – INTERVENÇÃO SOCIAL EM REDE

EIXO I – INTERVENÇÃO SOCIAL EM REDE – FICHA DE PROJECTO – SER CRIANÇA

Necessidades Problemas	Grupo Alvo	Objectivos	Acções Actividades	Recursos Parceiros
1. Articulação na prevenção de comportamentos de risco (desvio social e aditivos);	Famílias e Crianças/ Jovens em Risco	1º Intervenção psicossocial e psicoterapêutica às famílias e crianças/ jovens em risco, orientadas para a aquisição de competências de superação de factores de risco;	Ludoteca Itinerante – “Saber Crescer”	- CPCJ; - CSA; - Segurança Social; - CMA; - IPSS’S; - Misericórdias.
2. Intervenção Sócio-Familiar;		2º As famílias e crianças/ jovens sinalizados estão inseridas em acções de prevenção de risco;	Casa das Mães – Espaço/ Formação de competências parentais;	
3. Articulação Institucional de intervenção social no concelho;		3º As situações sinalizadas na CPCJ de Arganil, RSI e PDIAS, são alvo de uma abordagem institucional integrada, apoiada numa metodologia de investigação-acção.	Espaço Família em Risco; Rede de Núcleos de Apoio Familiar;	
4. Proporcionar às crianças em situação de risco melhores condições para o seu desenvolvimento pessoal e social.		Rede Técnica de Intervenção Familiar integrada		

Ficha de Projecto / Intervenção em Curso

FICHA DE PROJECTO

PROGRAMA PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO/PROGRIDE

Título: "REVITALIZAR UM TERRITÓRIO RURAL"

Promotor /Executor: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Parceiros: IPSS'S DO CONCELHO / JUNTAS DE FREGUESIA / CENTRO DE SAÚDE DE ARGANIL / ADIBER / ACIC / ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DE ARGANIL / ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CASAL DE S. JOÃO / GUARDA NACIONAL REPUBLICANA / CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARGANIL

Grupo Alvo:

**IDOSOS COM BAIXA MOBILIDADE
DEFICIENTES E PESSOAS DEPENDENTES
FAMÍLIAS DE RISCO ENQUADRADAS EM MEDIDAS SOCIAIS
ARTESÃOS
PEQUENAS EMPRESAS**

Área Geográfica de Intervenção: CONCELHO DE ARGANIL

EIXO 1 – INTERVENÇÃO SOCIAL EM REDE

EIXO I – INTERVENÇÃO SOCIAL EM REDE – FICHA DE PROJECTO – PROGRIDE I

Necessidades Problemas	Grupo Alvo	Objectivos	Acções Actividades	Recursos Parceiros
1. Combate ao isolamento físico e social dos idosos e dependentes.	- Idosos com baixa mobilidade; - Deficientes e pessoas dependentes.	- Aproximar os serviços aos cidadãos mais vulneráveis;	Centro de Atendimento Permanente	- CMA
2. Melhoria da acessibilidade a serviços e respostas.		- Suprir/ minimizar lacunas ao nível da cobertura de respostas sociais;		- Juntas de Freguesia - Associação de Freguesias de Arganil; - Segurança Social; - CEFP de Arganil; - CSA; - IPSS's;
3. Criação de redes de sociabilidade, voluntariado e integração institucional.		- Garantir uma rede de parcerias formais e informais de suporte ao cidadão vulnerável.		- Misericórdias; - Associação de Moradores de C. S. João; - GNR.

EIXO 2

Intervenção Territorialized

EIXO 2 – INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA
QUADRO DE IMPACTOS ESTRATÉGICOS

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	IMPACTO PREVISTO	INDICADORES DE IMPACTO	RÁCIOS DE MENSURABILIDADE
Reabilitar o parque habitacional concelhio	Melhoria das condições habitacionais da população.	20% das habitações recuperadas e com melhores condições de habitabilidade.	Nº de habitações recuperadas.
Transporte social	Aumento da cobertura da rede viária intra-concelhia.	Aumento de acessibilidades a 20% das freguesias geograficamente mais isoladas.	Cobertura das freguesias identificadas com maior isolamento.
Implementação/ alargamento do número de vagas na valência Lar de Idosos	Aumentar a oferta de respostas institucionais.	Aumentar em 10% a capacidade de resposta nas valências destinadas aos idosos.	Cobertura concelhia equitativa de equipamentos sociais.
Equipamento de apoio à Infância	Aumento do nº de crianças integradas em equipamentos de apoio à infância com qualidade.	Aumentar em 5% a capacidade de respostas nas valências destinadas à infância e juventude.	Enquadramento de todas as crianças em equipamentos de apoio à infância.
Centro de Acolhimento Temporário	Implementação de CAT no concelho de Arganil.	Pleno funcionamento do CAT.	Integração de crianças em situação de risco.

EIXO 2 – INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA

QUADRO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

VECTOR DE INTERVENÇÃO	ESTRATÉGIA	PROJECTOS ESTRATÉGICOS	PARCERIA ESTRATÉGICA	RECURSOS PRIORITÁRIOS
Qualificação da cobertura territorial de equipamentos e respostas sociais	Carta de localização de equipamentos sociais, dirigidos à infância, juventude e população idosa	Alargamento das valências existentes (CD/ AD).	- IPSS's - Misericórdias	- PIDDAC - POEFDS - Ser Criança - LEADER
		- Alargamento de vagas de Creche; - Obras de adaptação/ beneficiação do espaço físico da Assistência Folquense para a implementação de CAT.	- Fundação Bissaya Barreto (Casa da Criança) - Segurança Social - Centro de Saúde - Autarquia - Juntas de Freguesia	
Promoção da qualidade de vida das famílias	Articulação entre parceiros para reflexão, avaliação e decisão conjunta	- Levantamento do nº de habitações degradadas e tipologia das necessidades de intervenção; - Sinalização das áreas geográficas a descoberto e agilização de recursos.	- IPSS's - Misericórdias - Segurança Social - Centro de Saúde - Autarquia - Juntas de Freguesia	- Progride - Leader - POEFDS

EIXO 2 – INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA

Quadro de Integração da Intervenção

Vector de Intervenção	Intervenção/ Projectos em Curso	Projectos Candidatados	Projectos Aprovados (a aguardar financiamento)	Entidade Promotora
Qualificação da cobertura territorial de equipamentos e respostas sociais	_____	CAT Folques	_____	Assistência Folquense
Promoção da qualidade de vida das famílias	_____	Progride	_____	Santa Casa Misericórdia de Arganil

Ficha de Projecto / Intervenção em Curso

FICHA DE PROJECTO

PROGRAMA PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO/PROGRIDE

Título: "REVITALIZAR UM TERRITÓRIO RURAL"

Promotor /Executor: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Parceiros: IPSS'S DO CONCELHO / JUNTAS DE FREGUESIA / CENTRO DE SAÚDE DE ARGANIL / ADIBER / ACIC / ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DE ARGANIL / ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CASAL DE S. JOÃO / GUARDA NACIONAL REPUBLICANA / CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARGANIL

**Grupo Alvo:
IDOSOS COM BAIXA MOBILIDADE
DEFICIENTES E PESSOAS DEPENDENTES
FAMÍLIAS DE RISCO ENQUADRADAS EM MEDIDAS SOCIAIS
ARTESÃOS
PEQUENAS EMPRESAS**

Área Geográfica de Intervenção: CONCELHO DE ARGANIL

EIXO 2 - INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA

EIXO II – INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA – PROGRIDE I

necessidades problemas	grupo alvo	objectivos	acções actividades	recursos/ Parceiros
Intervenção em famílias de risco, com profundos défices estruturais.	Famílias de risco enquadradas em medidas sociais: CPCJ e RSI.	Melhorar o espaço doméstico com incidência nas condições higiénico-sanitárias: - casas de banho; - redes de águas quentes; - obras de recuperação como condição para a inclusão.	Intervenção Social de emergência em Famílias de Risco.	<ul style="list-style-type: none"> - CMA; - Juntas de Freguesia; - Associação de Freguesias de Arganil; - Segurança Social; - CEFP de Arganil; - CSA; - IPSS's; - Misericórdia; - Associação de Moradores de Casal de S. João; - GNR.
Melhoria de padrões de conforto e salubridade das famílias, preservando a privacidade familiar.				
Favorecer condições mínimas de habitabilidade ao nível das Infra-estruturas, em famílias de risco.				

EIXO 3

Desenvolvimento do Potencial Endógeno

EIXO 3 – DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO

QUADRO DE IMPACTOS ESTRATÉGICOS

NECESSIDADES PRIORITÁRIAS	IMPACTO PREVISTO	INDICADORES DE IMPACTO	RÁCIOS DE MENSURABILIDADE
Sistematização do conhecimento dos produtos locais com potencial empresarial	Catálogo de produtos locais.	N.º e Tipologia de produtos com potencial.	100% do levantamento territorial dos produtos tradicionais.
Estratégias de marketing adequadas e eficientes para os produtos tradicionais	Organização de normas técnicas/legislação para comercialização dos produtos.	100% dos estudos de viabilidade económica e certificação de qualidade.	Taxa de identificação dos produtos economicamente viáveis.
Estruturação associativa dos produtores locais	Criação de centro de recursos ao associativismo.	80% dos produtores locais estão inseridos numa estrutura associativa.	Percentagem de pequenos produtores locais associados.

EIXO 3 – DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO

QUADRO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

VECTOR DE INTERVENÇÃO	ESTRATÉGIA	PROJECTOS ESTRATÉGICOS	PARCERIA ESTRATÉGICA	RECURSOS PRIORITÁRIOS
Marca territorial e de produto	Organização e qualificação do potencial endógeno	<ul style="list-style-type: none"> - Empresa Municipal de comercialização de produtos locais. - Construção da “Marca Arganil” com estratégia de Marketing Associada. - Ninho de empresas para produtores tradicionais - Empresa Municipal gestora de capital de risco. - Gabinete de apoio técnico aos produtores locais. - Protocolos de parceria para investigação e desenvolvimento de produtos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Autarquia - Adiber - Misericórdias - IPSS,s - Juntas de Freguesia - Centro Emprego e FP de Arganil - Acic - CCDRC - Produtores locais - Comércio local 	<ul style="list-style-type: none"> - Progride - Rede - Poefds - Leader
Centro de recursos				

EIXO 3 – DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO

Quadro de Integração da Intervenção

Vector de Intervenção	Intervenção/ Projectos em Curso	Projectos Candidatados	Projectos Aprovados (a aguardar financiamento)	Entidade Promotora
Marca territorial e de produto	_____	Progride	_____	SCMA
Centro de Recursos	_____	Progride	_____	SCMA

Ficha de Projecto / Intervenção em Curso

FICHA DE PROJECTO

PROGRAMA PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO/PROGRIDE

Título: "REVITALIZAR UM TERRITÓRIO RURAL"

Promotor /Executor: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Parceiros: IPSS'S DO CONCELHO / JUNTAS DE FREGUESIA / CENTRO DE SAÚDE DE ARGANIL / ADIBER / ACIC / ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DE ARGANIL / ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CASAL DE S. JOÃO / GUARDA NACIONAL REPUBLICANA / CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARGANIL

**Grupo Alvo:
IDOSOS COM BAIXA MOBILIDADE
DEFICIENTES E PESSOAS DEPENDENTES
FAMÍLIAS DE RISCO ENQUADRADAS EM MEDIDAS SOCIAIS
ARTESÃOS
PEQUENAS EMPRESAS**

Área Geográfica de Intervenção: CONCELHO DE ARGANIL

EIXO 3 - DESENVOLVIMENTO POTENCIAL ENDÓGENO

EIXO III – DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL ENDÓGENO – FICHA DE PROJECTO – PROGRIDE I

Necessidades Problemas	Grupo Alvo	Objectivos	Acções Actividades	Recursos /Parceiros
Reforço da Estrutura Empresarial dos pequenos produtores locais	Artesãos, pequenas empresas e empregos neste sector	1 - Identificação de produtos locais com capacidade de viabilizar economicamente pequenos produtores desfavorecidos; 2 – Aumento da empregabilidade ao nível das produções tradicionais; 3 – Reforço e estruturação associativa de pequenos produtores locais.	Centro de recursos ao Associativismo e Investimento	CMA Juntas de Freguesia Associação de Freguesias de Arganil Segurança Social; CEFP de Arganil CSA IPSS's Misericórdia Associação de Moradores C. S. João ADIBER ACIC GNR
Apoio ao empreendedorismo e iniciativa empresarial local				
Reforço da estrutura Técnica de apoio para a promoção do empreendedorismo				
Necessidade de implementação de normas de qualidade				

6– Projectos Estruturantes

- Qualidade social – Intervenção Familiar

- Intervenção sistémica
- Famílias e crianças em risco
- Ocupação de tempos livres
- Controlo e minimização de riscos

Justificação:

Contexto de intervenção:

A intervenção sistémica na família tem demonstrado ser a metodologia adequada na intervenção em risco ou em ambiente de desestruturação sócio-familiar. O concelho de Arganil devido ao contexto social de carência, isolamento e pobreza de muitas famílias tem uma bolsa significativa de situações de risco, manifesto ou potencial, em famílias e crianças/jovens que justifica esta tipologia de intervenção, mobilizadora e necessariamente responsabilizante das instituições do concelho.

Este projecto visa mobilizar recursos e capacidades para a intervenção nas famílias de modo a responder a situações manifestas mas sobretudo criar suportes preventivos para o risco.

Grupos alvo:

- Famílias do concelho
- Famílias e crianças/jovens em risco
- Jovens do concelho

Beneficiários:

- Técnicos de intervenção social
- Professores
- Escolas
- IPSS'S

Necessidades diagnosticadas:

- Suportes para famílias e crianças em risco
- Intervenção técnica especializada para o risco
- Equipas multidisciplinares
- Metodologia de intervenção sistémica
- Parceria activa com as escolas e professores na intervenção com as famílias
- Espaços de ocupação de tempos livres para jovens

Recursos:

- Técnicos das IPSS'S
- CPCJ
- CMA – GAS
- Segurança social
- Rede Social
- PDIAS

Visão de desenvolvimento

Visão estratégica:

As famílias no concelho têm projectos de vida apoiados por equipas de intervenção sistémica.

Cenário de partida:

A rede social despoletou um consenso institucional para a necessidade e focalização na intervenção de uma unidade tipológica – a família e para ela adequar e especializar recursos. A intervenção dispersa e desagregada não constrói inserção nem previne o risco e a desestruturação.

Impactos previstos:

- Autonomização familiar
- Intervenções integradas
- Crianças e jovens em risco com planos de inserção e protecção
- Famílias com planos de inserção pessoal

Indicadores de impacto:

- Nº e % de famílias inseridas
- Nº e % de famílias que executam os planos
- Nº de crianças/ jovens e famílias em risco no concelho

Estratégia:

Intervenção sistémica em equipas multi-disciplinares e multi-institucionais

Parceria de suporte do projecto:

- CPCJ
- CMA – GAS
- Segurança social
- Rede Social
- PDIAS
- IPSS'S

Modelo de Gestão

- Entidade promotora definida
- Núcleo técnico de execução
- Parceria alargada de acompanhamento – Rede Social
- Integração no Grupo Temático da Rede Social

Matriz de Enquadramento Lógico 1- Projecto estruturante – “Qualidade social – intervenção familiar”

		Indicadores	Fontes de Verificação	Factores Externos
Objectivo Geral	Em 2008 as famílias do concelho de Arganil têm acesso a suportes integrados promotores da inserção social	- Nº e % de famílias alvo de intervenções sistémicas; - Grau e autonomização e inserção das famílias acompanhadas.	- Dossier de acompanhamento das famílias; - Dossier de projecto.	Estabilidade das medidas de intervenção social.
Objectivo Específico	Em 2007 existe intervenção integrada em famílias e crianças de potencial de risco.	Nº de crianças e famílias de risco alvo de intervenção integrada.	- Dossier de acompanhamento das famílias; - Dossier de projecto.	- Capacidade técnica e institucional; - Funcionamento em rede dos parceiros.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Em 2006 as famílias prioritárias são alvo de intervenção directa em equipas integradas; - Em 2006 existem equipas de apoio social na escola; - Em 2006 existe acompanhamento multidisciplinar para acompanhamento de casos prioritários; - Em 2006 os jovens têm acesso a um espaço de sociabilização com controlo de risco; - Em 2006 existe um programa de animadores nas escolas para ocupação de tempos livres; - Em 2006 os professores têm acesso a formação específica na problemática do risco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de equipas de intervenção integrada e multidisciplinares; - Nº e % de famílias com intervenção das equipas; - Nº de jovens utilizadores do espaço jovem; - Grau de satisfação dos jovens em relação ao espaço; - Nº de animadores disponíveis; - Nº de acções de animação realizadas; - Nº de acções de formação realizadas; - Nº de professores participantes nas formações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dossier da formação; - Dossier de acompanhamento das famílias; - Dossier de projecto; - Relatório de avaliação da satisfação dos jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade técnica e institucional; - Funcionamento em rede dos parceiros.
Actividades	<ul style="list-style-type: none"> - Intervenção sistémica nas famílias; - Espaço família e aluno na escola; - Intervenção psico-social nas escolas; - Espaço jovem Arganil; - Programa de ocupação de tempos livres para jovens; - Sessões de formação para professores. 	Taxa e execução do plano e acção do projecto	Plano de acção do projecto	Disponibilidade de recursos

- *Acessibilidade Social*

- Desenvolvimento das freguesias
- Serviços de proximidade
- Animação comunitária

Justificação:

Contexto de intervenção:

As freguesias enquanto micro territórios são pólos essenciais de desenvolvimento social do concelho pela proximidade das comunidades e sobretudo pelo padrão de serviços personalizados e humanizados que a proximidade permite. A desertificação humana acarreta a desertificação das oportunidades e apoios para a vida social da comunidade.

Este projecto pretende intervir na cobertura de respostas e serviços sociais de proximidade apoiando as freguesias na criação de recursos para as suas populações.

Grupos alvo:

- População das freguesias
- Jovens
- Grupos vulneráveis
- Grupos de risco

Beneficiários:

- Instituições
- Técnicos de intervenção social
- Serviços da administração pública desconcentrada

Necessidades diagnosticadas:

- Identificação de agregados com más condições habitacionais

- Alternativas à rede viária formal
- Qualidade de vida dos idosos isolados ou sem suporte familiar
- Condições de fixação para as famílias no concelho
- Condições e desenvolvimento para jovens e crianças em risco

Recursos:

- Juntas de Freguesia
- Programa LEADER
- POEFS – 5.1.
- Progride
- Programas de poc subsidiados do IEFP
- CMA – GAS
- IPSS'S
- Segurança Social

Visão de desenvolvimento

Visão estratégica

As freguesias de Arganil são centros de recursos para a comunidade, geradores de desenvolvimento social local.

Cenário de partida:

As freguesias integram a rede social e estabelecem em conjunto um diagnóstico de necessidades transversal aos seus territórios de modo a permitirem projectos integrados em parceria com outras instituições locais e com acesso a outro tipo de recursos.

Impactos previstos:

- Acessibilidade social a respostas e serviços sociais
- Qualificação social das freguesias

- Eficiência na intervenção social
- Inserção social e grupos desfavorecidos

Indicadores:

- Nº de serviços e respostas de proximidade nas freguesias
- Grau de acesso aos serviços nas freguesias
- Avaliação comparativa das respostas sociais nas freguesias
- Índice e autonomização dos utentes dos serviços nas freguesias

Estratégia:

A estratégia e intervenção definida preconiza a parceria entre as IPSS'S e as freguesias no sentido se construírem projectos integrados locais com candidaturas a financiamentos da área social para as freguesias.

Parceria de suporte:

- Juntas de freguesia
- CMA – GAS
- IPSS'S
- Segurança Social
- IEFPP

Modelo de gestão do projecto:

- Núcleo técnico de gestão do projecto
- Parceria alargada e suporte – Grupo temático da rede
- Técnico na gestão operacional do projecto
- Rede Social no acompanhamento

Matriz de Enquadramento Lógico – Projecto estruturante

– “Qualidade social – ”

		Indicadores	Fontes de Verificação	Factores Externos
Objectivo Geral	Em 2008 está implementado o plano integrado de desenvolvimento turístico concelhio.	- Nº de acções propostas; - Nº de parceiros subscritores.	- Documento do plano de desenvolvimento.	- Estabilidade e permanência nos compromissos institucionais.
Objectivo Específico	Em 2007 está definido um circuito integrado de desenvolvimento nas freguesias.	- Nº de freguesias com intervenções previstas.	- Documento do plano de desenvolvimento.	- Capacidade técnica e financeira de execução.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Em 2006 estão definidas áreas prioritárias de instalação de serviços de proximidade nas freguesias; - Em 2006 estão definidos projectos de animação comunitária nas freguesias; - Em 2006 está disponível um gabinete técnico de apoio às freguesias; - Em 2006 existe um programa de animadores nas freguesias de ocupação de tempos livres dos jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de serviços a instalar nas freguesias; - Taxa de cobertura de serviços nas freguesias; - Nº de acções de animação realizadas; - Nº de respostas a solicitações das freguesias realizadas pelo gabinete; - Nº de acções de animação realizadas pelos animadores nas freguesias. 	- Dossier do projecto	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade técnica e financeira de execução; - Compromisso dos parceiros.
Actividades	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de recursos e planeamento de intervenção nas freguesias; - Plano de animação nas freguesias; - Criação de equipa técnica de apoio às freguesias; - Plano de ocupação de tempos livres nas freguesias. 	- Taxa de execução do plano de acção do projecto	- Plano de acção do projecto	- Disponibilidade de recursos

- "Marca Arganil"

- Empregabilidade
- Dinâmica empresarial
- Desenvolvimento local

Justificação:

Contexto de intervenção

O desenvolvimento social do concelho está directamente relacionado com as oportunidades de inserção sócio económica geradora de recursos próprios e autonomia pessoal e social. O concelho de Arganil em conjunto de potencialidades ao nível da criação ou sustentação de emprego com qualificação. Pelo tecido empresarial que tem condições de competitividade e pelo potencial endógeno na criação e uma rede empresarial baseada nos produtos locais e produções tradicionais.

Grupos alvo prioritários:

- Jovens com baixa escolaridade
- Mulheres desempregadas com baixas qualificações
- Pequenos produtores
- Jovens à procura do primeiro emprego

Beneficiários:

- Empresários
- Instituições do concelho
- População activa

Necessidades diagnosticadas:

- Reforço da estrutura empresarial dos pequenos produtores locais
- Sistematização do conhecimento dos produtos locais com potencial empresarial
- Estratégias de marketing adequadas e eficientes para os produtos tradicionais locais
- Apoio ao empreendedorismo e à iniciativa empresarial local
- Implementação de normas e qualidade nas produções tradicionais
- Reforço da estrutura técnica de apoio à promoção do empreendedorismo
- Diagnóstico de necessidades de formação dos empresários
- Plano estratégico de desenvolvimento económico do concelho

Recursos:

- Empresas locais
- ACIC
- IEFP
- SALE / CMA
- Produtores tradicionais locais
- Rede nacional de empresas com ligações a Arganil

Visão de desenvolvimento

Visão estratégica do Projecto:

Arganil com um tecido económico inovador e competitivo gerador de emprego de qualidade e sustentado.

Cenário de partida:

A rede social mobilizou os empresários e as instituições com intervenção social para a reflexão conjunta sobre a estratégia de empregabilidade para o concelho. A construção comum de um conjunto de apostas estratégicas definiu o âmbito do projecto: a integração sectorial das empresas com as instituições do concelho na perspectiva do planeamento estratégico, o associativismo empresarial e um conjunto de suportes facilitadores do desenvolvimento das empresas, a aposta no empreendedorismo local orientado para o potencial endógeno de produtos e produções tradicionais e a formação com ligação directa às necessidades dos empregadores.

Impactos previstos:

- Emprego para grupos com baixas qualificações e escolaridade
- Empregabilidade feminina
- Fixação dos jovens no concelho
- Atração do investimento empresarial
- Viabilidade e desenvolvimento das empresas locais
- Revalorização das profissões técnicas intermédias
- Iniciativa e empreendedorismo local

Indicadores de impacto:

- Taxa de desemprego no concelho
- Nível de qualificações da população activa
- Taxa e fixação de jovens no concelho
- Nº de empresas localizadas no concelho
- Volume de negócios das empresas locais
- Nº de alunos em cursos e formações técnicas
- Nº de micro empresas criadas
- Volume financeiro do capital de risco concedido

Estratégia do projecto:

Criação e desenvolvimento de instrumentos e suportes associativos em rede institucional local que favoreça a dinâmica empresarial.

Parceria de suporte do projecto:

- ACIC
- Empresários locais
- SALE – CMA
- IEFP
- REDE SOCIAL

Modelo de Gestão do projecto:

- Definição da entidade promotora
- Identificação da parceria de suporte – grupo temático da rede social
- Núcleo técnico de apoio – GAS – CMA

Matriz de Enquadramento Lógico 1 – Projecto Estruturante – “Marca Arganil”

		Indicadores	Fontes de Verificação	Factores Externos
Objectivo Geral	Em 2008 está definido e consensualizado um Plano Estratégico de desenvolvimento empresarial e empregabilidade do concelho.	- Nº de acções propostas; - Nº de entidades subscritoras.	- Dossier do projecto; - Acordo de parceria.	Conjuntura económica favorável.
Objectivo Específico	Em 2007 está implementado um núcleo de concertação estratégica intersectorial.	- Nº de entidades integradas; - Nº de pareceres concertados.	- Dossier do projecto.	- Compromisso institucional dos parceiros.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Em 2006 estão disponíveis suportes técnicos de apoio à internacionalização das empresas do concelho; - Em 2006 está disponibilizado um serviço concelhio de apoio aos empresários; - Em 2006 existem apoios técnicos ao associativismo empresarial do concelho; - Em 2006 estão definidos no PDM parques de localização industrial adequados às necessidades das freguesias; - Em 2006 estão contratualizados com as empresas transportes sociais de apoio à empregabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de empresas beneficiárias de apoios técnicos; - Nº de empresas associadas; - % de empresas associadas; - Nº de propostas de localização inscritas no PDM; - Nº de trabalhadores beneficiários do transporte social; - Cobertura do concelho em transporte social. 	Dossier do projecto.	Capacidade técnica disponível.
Actividades	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico de necessidades empresariais; - Diagnóstico de necessidades de formação para as empresas do concelho; - Candidatura a um poc subsidiado para apoio técnico; - Prémio empresarial de Arganil; - Sessões de apoio técnico para as empresas do concelho; - Orientação vocacional para o empreendedorismo e cultura empresarial; - Sessões e informação e formação para os empresários; - Articulação com o processo de revisão do PDM; - Organização de uma empresa municipal de transporte social; - Gabinete concelhio de apoio ao empresário. 	Taxa de execução do Plano de acção do projecto	Plano de acção do projecto	Disponibilidade de recursos

Matriz de Enquadramento Lógico 2– Projecto Estruturante – “Marca Arganil”

		Indicadores	Fontes de Verificação	Factores Externos
Objectivo Geral	- Em 2008 está definido e consensualizado um Plano Estratégico de desenvolvimento empresarial e empregabilidade do concelho.	- Nº de acções propostas; - Nº de entidades subscritoras.	- Dossier do projecto Acordo de parceria.	- Conjuntura económica favorável.
Objectivo Específico	- Em 2007 os produtos tradicionais estão comercializados e têm uma estratégia de Marketing integrado na Marca Arganil.	- Nº de produtos tradicionais no mercado; - Nº de produtos comercializados com a Marca Arganil.	- Dossier do projecto.	- Disponibilidade e iniciativa dos produtores.
Resultados	- Em 2006 está disponível no concelho uma incubadora de empresas produtoras de produtos tradicionais; - Em 2006 está operacionalizada uma estrutura de comercialização e distribuição; - Em 2006 está disponível aos produtores tradicionais um sistema de capital de risco – FAME.	- Nº de empresas produtoras e produtos tradicionais incubadas; - Nº de postos de venda e distribuição criados; - Volume financeiro de capital de risco investido.	- Dossier do projecto.	- Disponibilidade técnica e institucional.
Actividades	- Diagnóstico de produtos e produtores tradicionais; - Suportes de apoio e incremento do empreendedorismo no sector das produções tradicionais; - Adaptação do espaço municipal devoluto para incubadora de empresas; - Criação de equipa técnica de apoio à comercialização; - Contratualização do sistema de incentivo financeiro – FAME; - Certificação da marca “Arganil”.	- Taxa de execução do plano de acção do projecto.	- Plano de acção do projecto.	- Disponibilidade de recursos.

7 – Carta de Localização de Equipamentos e Respostas Sociais

O planeamento integrado da intervenção na esfera social concelhia não pode alhear-se do próprio planeamento da distribuição dos equipamentos e respostas sociais no concelho, sob pena de uma inadequação às necessidades observadas nas diferentes Freguesias.

Por outro lado, a visão partilhada do retrato organizacional concelhio permitirá o reconhecimento da localização dos equipamentos, mas ainda o reequacionar da articulação das respostas necessárias a implementar, assim como a própria conjugação de esforços inter-institucionais, sempre direccionados à satisfação daqueles a quem se destinam.

Uma planificação desse retrato organizacional deverá, então, olhar o Concelho no seu todo, cruzando a satisfação das necessidades dos grupos populacionais com as características endógenas concelhias ou a própria rentabilização dos recursos existentes.

Assim, foi definido consensualmente entre os parceiros a criação da “Carta de Localização de Equipamentos e Respostas”.

A Carta de Localização de Equipamentos e Respostas Sociais engloba:

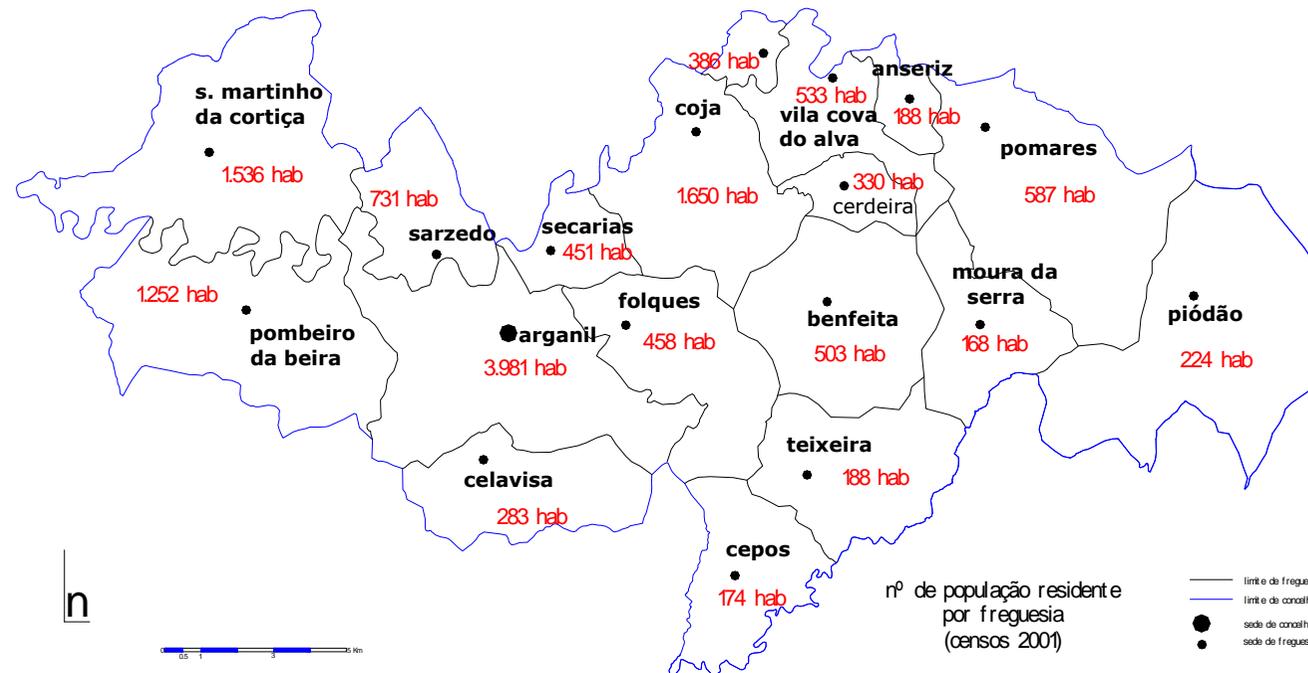
- Critérios;
- Cartografia (população/acessos);
- Carta de Referência (Equipamentos Existentes e Equipamentos em construção/previstos/com Candidatura/Aprovados);
- Carta de Implantação (Localização Tipo).

7.1 Critérios de Observação dos Equipamentos e Respostas Sociais

- 1) Equidade de distribuição no Concelho;
- 2) Viabilidade financeira dos equipamentos;
- 3) Acessibilidades;
- 4) Pré-existência de iniciativas tomadas;
- 5) Complementaridade de outros serviços.

7.2. Cartografia

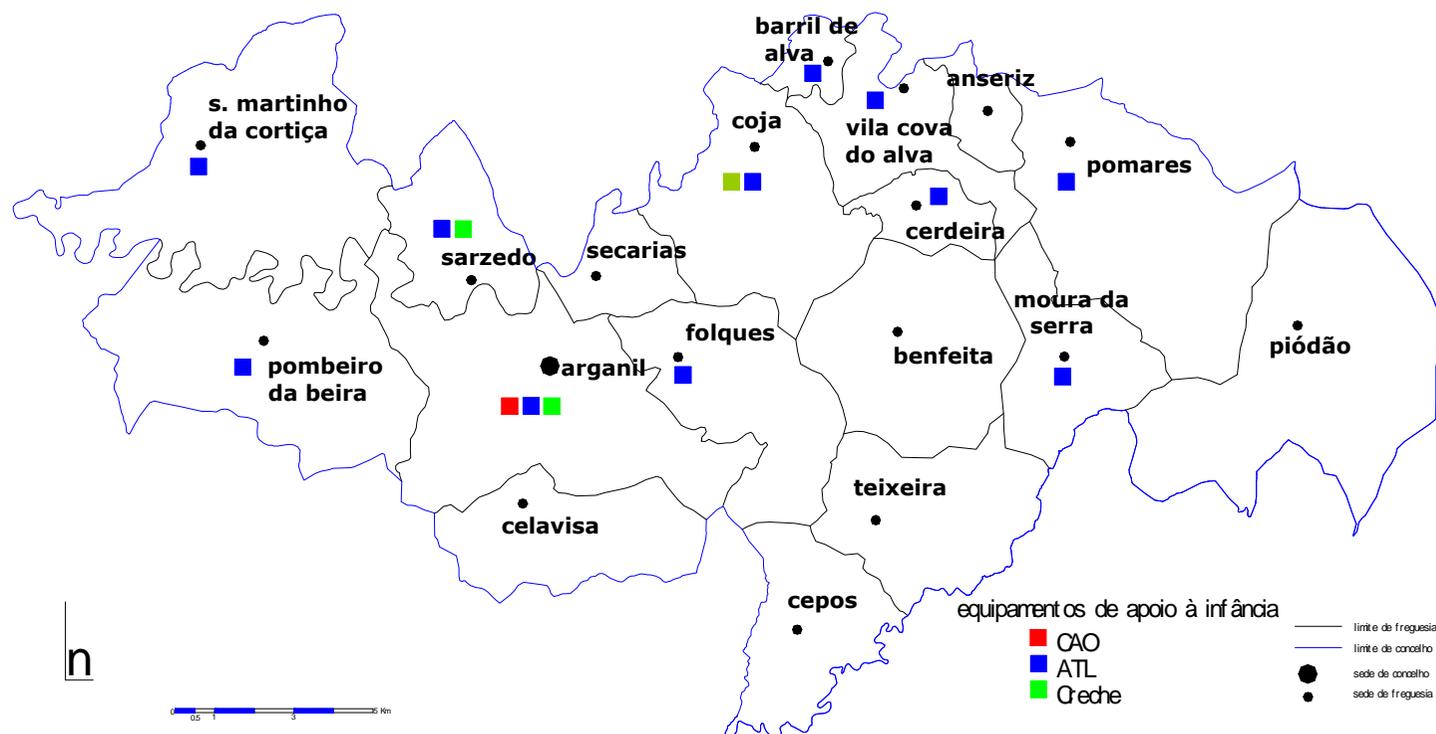
Nº de Residentes por Freguesia (Censos 2001)



Este mapa, não se referindo a equipamentos sociais, pretende situar a observação no conjunto das Freguesias e respectiva população residente.

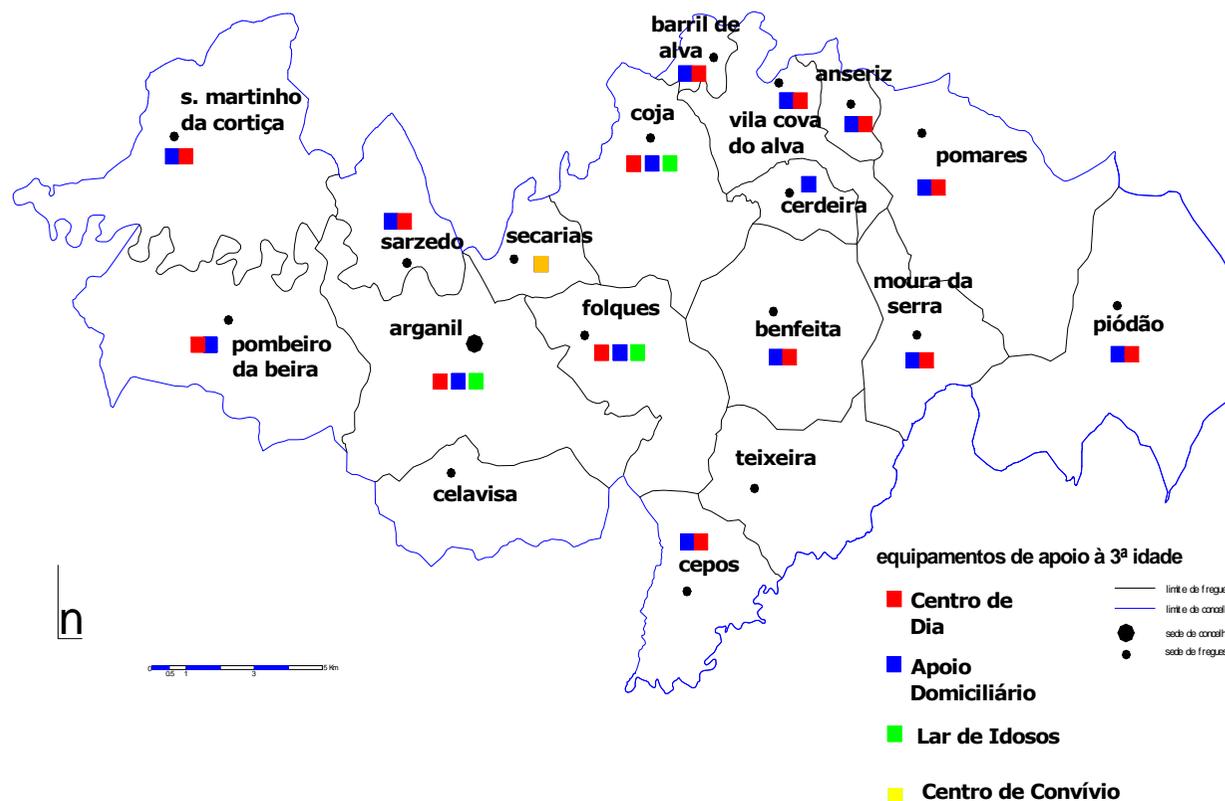
7.3. Carta de Referência (Equipamentos Existentes, em Construção, Previstos/Com Candidatura/Aprovados)

CARTA DE EQUIPAMENTOS EXISTENTES DE APOIO À INFÂNCIA



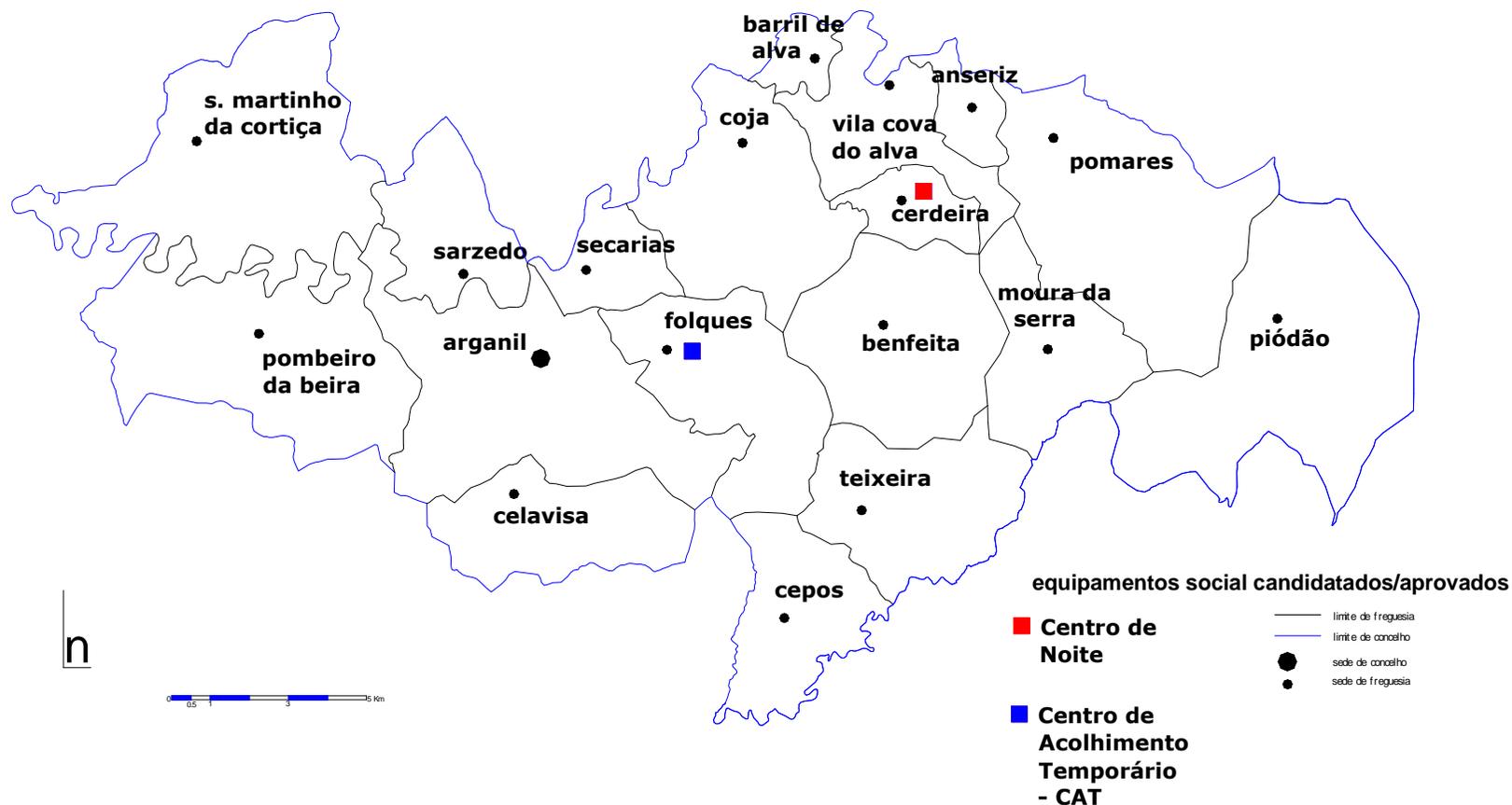
Observa-se no mapa a existência de ATLs em todas as Freguesias, exceptuando Anceriz, Celavisa, Cepos, Piódão e Teixeira.

CARTA DE EQUIPAMENTOS EXISTENTES DE APOIO À 3ª IDADE



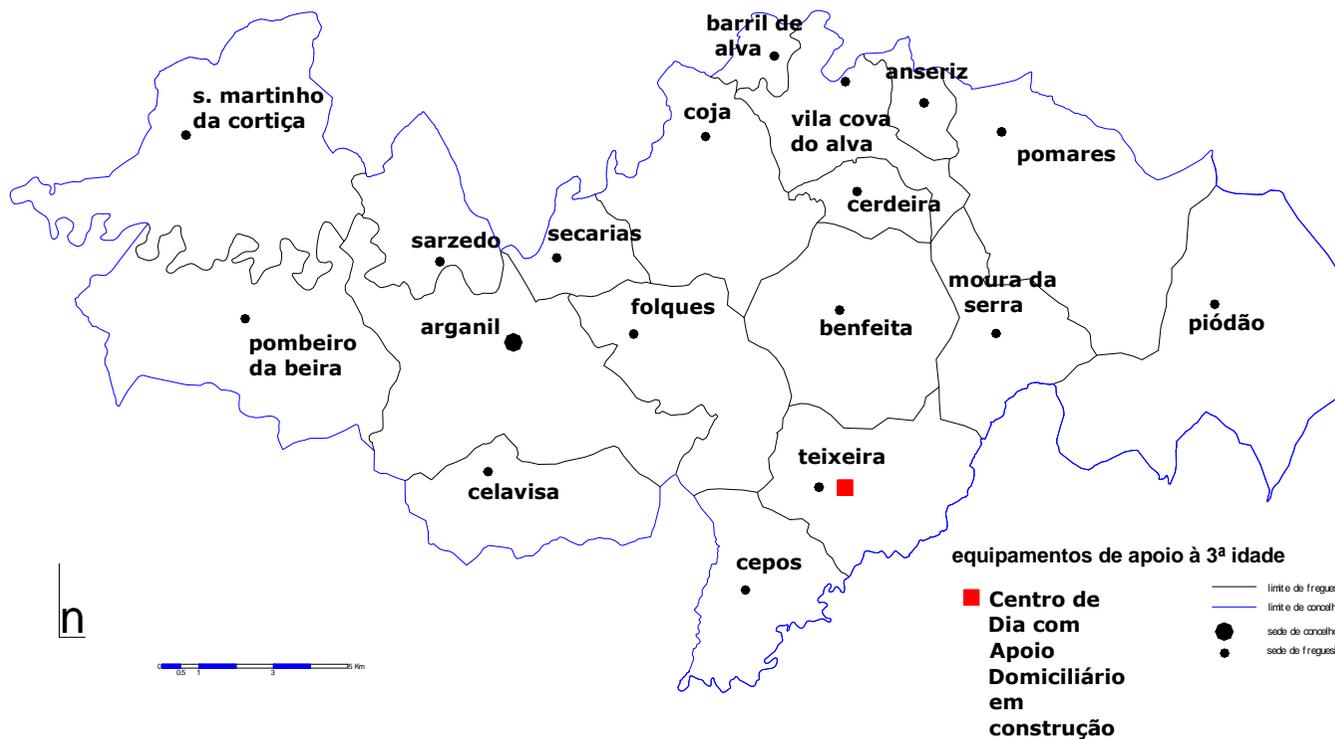
Contamos no Concelho com cobertura de Centro de Dia e Apoio Domiciliário na maioria das Freguesias, à excepção de Celavisa, Teixeira e Secarias. Existe a valência de Lar em Arganil, Coja e Folques e Secarias possui um Centro de Convívio.

CARTA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS CANDIDATADOS/APROVADOS



Perspectivado em Candidatura encontra-se um Centro de Acolhimento Temporário em Folques e já aprovado um Centro de Noite em Cerdeira.

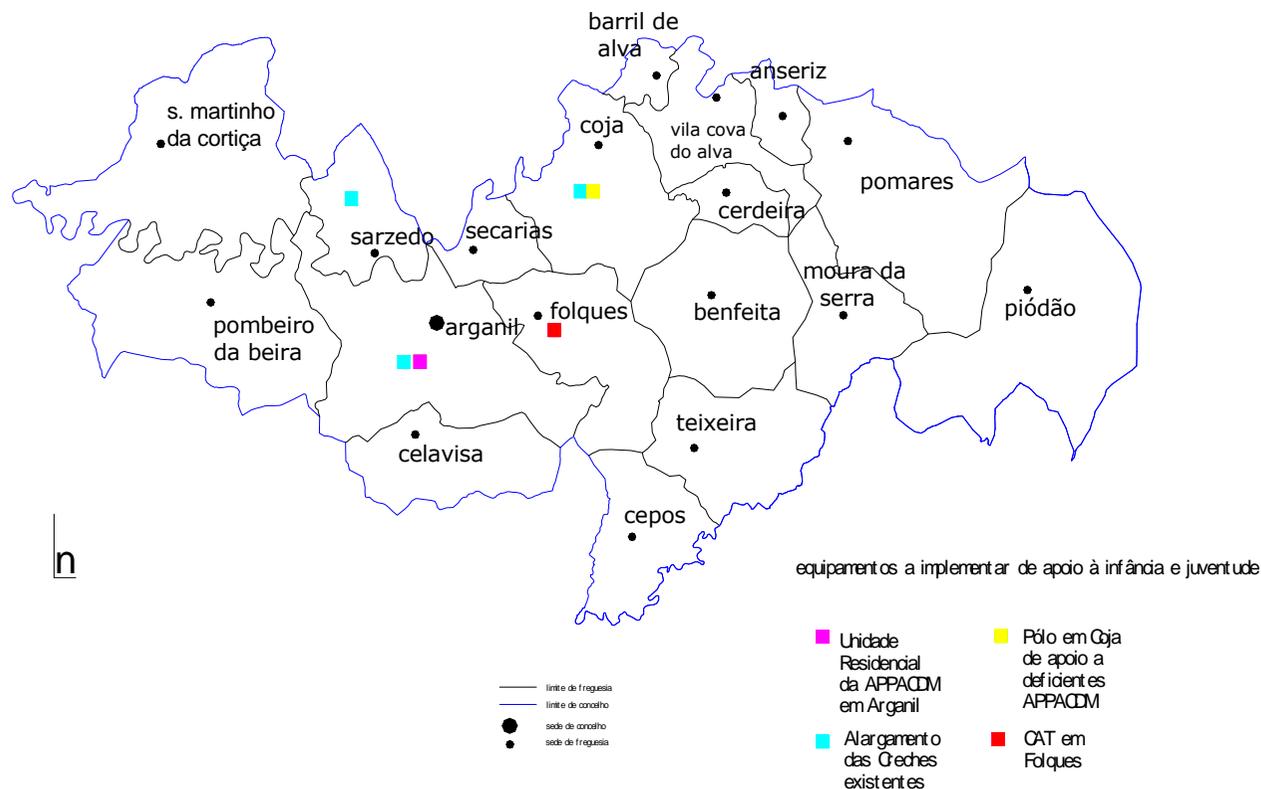
CARTA DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À 3ª IDADE EM CONSTRUÇÃO



Em construção encontra-se um Centro de Dia em Teixeira, também com a valência de Apoio Domiciliário.

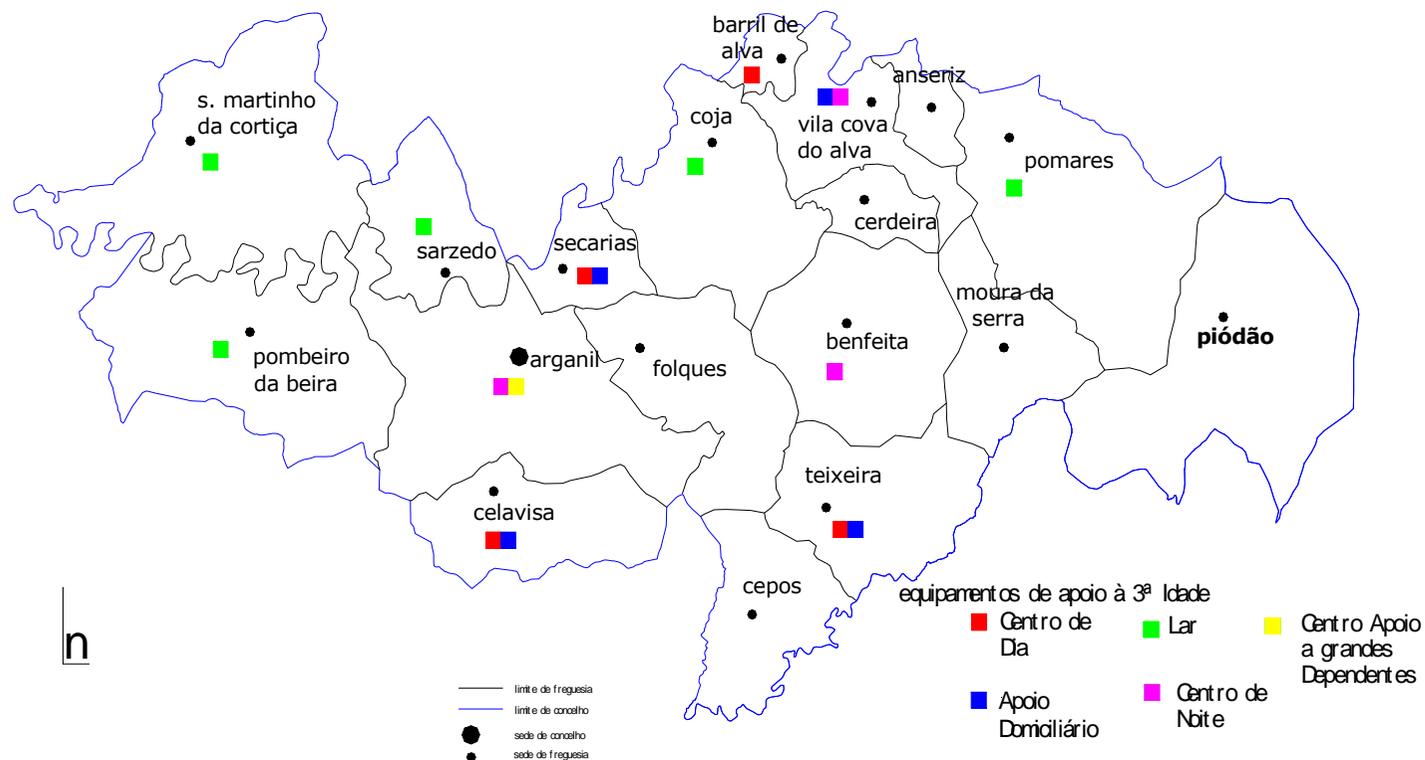
7.4. Carta de Implantação (Localização Tipo)

EQUIPAMENTOS A IMPLANTAR DE APOIO A INFANCIA E JUVENTUDE



Propõe-se como localização tipo de equipamentos e respostas de apoio à Infância e Juventude, para além dos existentes, a criação de uma unidade residencial da APPACDM, em Arganil, a criação de um pólo em Coja de apoio a Deficientes, o alargamento das creches existentes e a abertura de um Centro de Acolhimento Temporário em Folques.

CARTA DE IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE APOIO À 3ª IDADE E DOENTES DEPENDENTES



Perspectivando uma cobertura equilibrada das necessidades concelhias, propõe-se a criação de Centros de Dia e Apoio Domiciliário em Celavisa, Teixeira e Secarias, a abertura de Centro de Noite em Cerdeira (candidatura já aprovada), Vila Cova do Alva, Benfeita e Arganil, o alargamento do nº de vagas de Centro de Dia em Barril de Alva, a criação de Lares nas Freguesias de Pomares, Pombeiro da Beira, Sarzedo e S. Martinho da Cortiça, e alargamento do nº de vagas no Lar de Coja.

8 – Articulação/Integração da Intervenção Social

Neste capítulo pretendemos equacionar quatro níveis de Articulação da Intervenção Social no Concelho, conforme mapa abaixo descrito:

NÍVEIS DE ARTICULAÇÃO	FORMAS/MECANISMOS/PARTICIPAÇÃO
1. - CPCJ - PDIAS - RSI	. Rede Social – plataforma de articulação; . Regulamento (organização dos trabalhos de cada parceria/actas/rentabilização de tempo para organização de reuniões de trabalho).
2. - Fórum de Planeamento Concelhio	. Projectos (Planos de Acção; . Parceiros CLASA (Planos de Actividades).
3. - Plano Integrado de Articulação	Articulação de Planos de Formação entre Entidades: IEFP/Escolas/CMA/UDIPSS/Misericórdias/ACIC/Eptoliva/Outras *Ver em anexo Entidades que disponibilizaram Plano de Formação 2005
4. - Critérios da análise de Projectos	Pareceres Rede/Segurança Social/IEFP

8.1. Circuito e Critérios de Emissão de Pareceres

- Solicitação por parte das entidades candidatas ou entidades financiadoras, de Emissão Parecer Técnico ao Núcleo Executivo da Rede Social;
- A solicitação da Emissão do Parecer deve ser acompanhada do Projecto/ Candidatura completa para análise, até 15 dias antes do *términus* do prazo de candidatura.
- Análise do Projecto/ candidatura em função dos critérios anteriormente estabelecidos e consequente elaboração do Parecer técnico, pelo Núcleo Executivo;

8.1.1. Critérios para a Emissão de Pareceres:

- a) **Articulação dos objectivos do projecto com o Diagnóstico Social/Plano de Desenvolvimento Social** – os objectivos definidos no projecto encontram-se identificados no Diagnóstico e vão de encontro ao priorizado no Plano de Desenvolvimento Social;
- b) **Participação** – o projecto prevê a participação activa das pessoas, comunidades e organizações na concepção, implementação e gestão do projecto;
- c) **Inovação** – o projecto prevê a realização de actividades inovadoras, adequadas aos contextos sociais e aos públicos que envolvem, trazendo valor acrescentado às práticas já desenvolvidas;
- d) **Sobreposição** – Verificar se existe no Concelho e/ou Freguesias algum tipo de resposta com objectivos ou acções semelhantes, dirigida aos mesmos destinatários;
- e) **Complementaridade** – o projecto prevê a cooperação com outras entidades e organizações, privilegiando a partilha de recursos, num quadro de cooperação inter-institucional;
- f) **Sustentabilidade/Viabilidade** – o projecto prevê a sua auto-sustentação e sobrevivência para além do seu tempo de realização, salvo se se tratar de um projecto de estudo/investigação;
- g) **Valorização dos recursos locais** – o projecto prevê a optimização dos recursos existentes nas comunidades;
- h) **Qualificação dos recursos** – o projecto prevê a formação e qualificação dos recursos humanos envolvidos;
- i) **Divulgação da informação** – o projecto prevê mecanismos de disseminação dos resultados e das práticas desenvolvidas;
- j) **Avaliação** – o projecto prevê a avaliação participada interna e externa, de forma a assegurar o rigor e credibilidade do processo.

8.2. Projectos

Relativamente aos Projectos, Programas e Medidas que decorrem no Concelho, foi possível apurar quais os recursos humanos afectos a cada um deles, bem como a periodicidade das Reuniões realizadas.

Fórum de Planeamento Concelhio	Projectos (Formas/Mecanismos/Participação)
--------------------------------	--------------------------------------------

Quadro I – Recursos Humanos Afectos aos Programas (Actual)

	SCMA		SCMVCA		CSP Coja		CSP Benfeita		CSP Sarzedo		CSF Cepos		AHSCP B Alva		CSC Anceriz		Cáritas		CPCerdeir a M Serra		Assist Folquense		APPACDM	
	Rep	Tec	Rep	Tec	Rep	Tec	Rep	Tec	Rep	Rep	Téc	Téc	Rep	Téc	Rep	Téc	Rep	Téc	Rep	Tec	Rep	Téc	Rep	Téc
PDIAS	X	X		X	X	X		X		X				X		X		X		X		X		X
CPCJ	X	X				X																		
NLI	X			X		X		X		X			X			X				X				

	CMA		GNR		CSA		CEFPA		Seg Social		EDUCAÇÃO	
	Rep	Téc	Rep	Téc	Rep	Téc	Rep	Téc	Rep	Tec	Rep	Téc
PDIAS	X	X				X			X			
CPCJ	X	X	X		X	X			X	X	X	
NLI		X				X		X	X			X

Observações:

PDIAS – do Regulamento Interno fazem parte dois Órgãos: o Conselho Coordenador e a Equipa Técnica. O Conselho Coordenador não tem reunido, funcionando apenas a Equipa Técnica.

MAPA DE ARTICULAÇÃO

2 Fórum de Planeamento Concelhio	. Projectos (Planos de Acção); . Parceiros CLASA (Planos de Actividades)
-------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------

Quadro II- Periodicidade de Reuniões (Actual)

PROJECTOS		Periodicidade				
		Quinzenal	Mensal	Bimensal	Trimestral	Semestral
PDIAS	Conselho Coordenador		X			
	Equipa Técnica		X			
CPCJ	Comissão Alargada					X
	Comissão Restrita		X			
NLI	Núcleo Local Inserção				X	
	Equipa Operativa	X				

Observações:

CPCJ - No Regulamento da CPCJ de Arganil está prevista a realização de Reuniões da Comissão Alargada com uma regularidade Bimensal. No entanto, estas têm-se realizado semestralmente.

Na Comissão Restrita, a regularidade das reuniões é mensal, agendadas para as segundas sextas-feiras de cada mês.

PDIAS - Durante o ano de 2004 não existiu regularidade de reuniões. Para o ano de 2005, foram já calendarizadas reuniões mensais com a Equipa técnica para as primeiras quartas-feiras de cada mês.

NLI - As reuniões da Equipa Operativa realizam-se às primeiras e terceiras quartas-feiras de cada mês.

8.3. - Fórum de Planeamento Concelhio

Justificação:

A sectorialização dos sistemas de incentivos gerou uma dispersão de recursos, metodologias, linguagens e intervenções segmentadas que obriga à existência de um dispositivo gerador de coerência e racionalidade na intervenção.

Para construir uma visão integrada e territorializada da intervenção é fundamental o conhecimento pelos interventores de todos os projectos em curso, suas dificuldades e mais valias, tanto como das parcerias e da sua dinâmica.

A reflexão aberta e participada sobre estas temáticas é geradora de uma plataforma activa de parceria, fundamental para a intervenção integrada no território.

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Arganil é um instrumento por excelência para construir espaços abertos ao planeamento participado da intervenção.

Estes dispositivos de planeamento participado são geradores de dinâmicas de interacção institucional orientadas para a articulação das intervenções e convergência de recursos em áreas prioritárias.

São imprescindíveis os mecanismos de integração dos novos recursos nas intervenções já delineadas de modo a reforçá-las e contrariar a tendência dispersiva de criar novas intervenções descontextualizadas das já existentes.

O excesso de redes institucionais formalizadas e orientadas para a intervenção parcelar, segmentada e sectorial, reduz a possibilidade de uma percepção global das problemáticas e distorce o diagnóstico integrado das mesmas.

Para além da dispersão dos recursos institucionais e de os técnicos actuarem de maneira diferente para o mesmo problema, bem como da incoerência da informação por vezes não cruzada e agregada.

A articulação da intervenção das sub-redes institucionais é um imperativo da eficiência e eficácia da intervenção numa lógica global e territorial.

Objectivo:

Até 2007 a intervenção social do concelho é partilhada e integrada em rede institucional.

Efeitos Previstos:

- Aumento dos recursos disponíveis;
- Racionalização e optimização de meios;
- Transversalidade estratégica;
- Qualidade dos projectos e candidaturas;
- Nível de articulação e complementaridade;
- Integração das intervenções;
- Projectos estruturantes;
- Abordagem sistémica da intervenção;
- Coerência global da intervenção;
- Suportes e linguagens comuns na abordagem dos problemas;
- Complementaridades identificadas;
- Integração de intervenção definida;
- Plano operacional de implementação;
- Conclusões e recomendações de projectos e parcerias identificadas.

Resultados Previstos:

- Replaneamento de projectos e parcerias operacionalizado em plano;
- Partilha de dificuldades e potencialidades das intervenções;
- Partilha de recursos identificada;
- Reforço das parcerias contratualizado;
- Linguagem comum de avaliação sistematizada;
- Boas práticas identificadas;
- Articuladas as actividades das instituições;
- Informação estratégica partilhada;
- Plano de formação identificado;
- Estratégias de intervenção sócio-familiar definidas e articuladas;
- Planos de actividades partilhados participados.

Metodologia:

- Partilha dos planos de actividade de cada parceria ou entidade;
- Apresentação e análise dos relatórios de actividade por entidade;
- Definição de um formato simplificador da avaliação das intervenções;
- Apoio técnico de facilitação e moderação;
- Apresentação dos objectivos dos projectos e parcerias;
- Avaliação partilhada dos projectos e parcerias;
- Sinalização de sinergias, complementaridades e articulações;
- Diagnóstico partilhado e participado das problemáticas sociais do concelho;
- Definição de prioridades comuns;
- Balanço de competências partilhado e diagnóstico de necessidades de conhecimento dos técnicos e das instituições.

Participantes (directos ou representados):

- Interventores sociais do concelho;
- IPSS'S parceiras da rede social;
- Instituições de suporte (C.M.A - GAS);
- Núcleo Executivo do RSI;
- Conselho Municipal de Educação;
- Núcleo executivo da Rede Social.

Coordenação técnica:

- Núcleo Executivo da Rede Social /CMA – GAS.

9 – Articulação de Instrumentos de Planeamento

▪ Instrumentos Nacionais:

- Orçamento de Estado;
- Quadro Comunitário de Apoio (QCA);
- PIDDAC.

▪ Instrumentos Locais:

- Plano Director Municipal;
- Carta Educativa (Em fase de Elaboração);
- Intervenções em Curso.

A proposta inerente a este ponto consiste na efectivação futura de um momento de articulação (calendarização a definir), entre os diversos responsáveis do planeamento, seja das parcerias instaladas, dos serviços, entre outros, a fim de conseguirmos o cruzamento e circularidade de informação, diagnósticos comuns, instrumentos informáticos comuns e demais instrumentos relevantes.

9.1. Articulação do Plano de Desenvolvimento Social com o PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

9.1.1. PNAI - Plano Nacional para a Inclusão:

Tendo como finalidade a promoção do desenvolvimento social de todos os cidadãos, este documento desenha uma estratégia nacional, que engloba 4 grandes objectivos comuns aos Estados membros da União Europeia:

1. Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços.
2. Prevenir os riscos de exclusão.
3. Actuar em favor dos mais vulneráveis.
4. Mobilizar o conjunto dos intervenientes.

Sistematiza todas as medidas, projectos e programas de combate às problemáticas inerentes à pobreza e exclusão social.

9.1.2. Princípios Orientadores do PNAI:

1. Primado das políticas públicas com a participação activa e a sociedade civil;
2. Consagração do direito da cidadania;
3. Articulação da universalidade de direitos e deveres com diferenciação positiva;
4. Integração e multidimensionalidade como convergência das medidas económicas, sociais e ambientais;
5. Territorialização;
6. Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
7. Responsabilização do conjunto da sociedade;
8. Contratualização das respostas de protecção social.

9.1.3. Eixos Estratégicos de Intervenção do PNAI

- Articulação do desenvolvimento económico do país com as necessidades de melhoria de coesão social.
- Desenvolvimento de programas integrados.
- Expansão, desenvolvimento e qualificação da rede de serviços e equipamentos sociais.
- Integração do objectivo da coesão social nas diversas políticas sectoriais.
- Modernização dos sistemas de protecção social.
- Mobilização para a participação de todos os intervenientes, a todos os níveis.
- Promoção da igualdade de facto entre homens e mulheres.

9.1.4. Domínios Estratégicos para os Objectivos Comuns

Para cada Objectivo Comum são identificáveis um conjunto de domínios estratégicos de actuação:

Objectivos Comuns	Domínios Estratégicos
<p>Promoção da participação no emprego e do acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formação profissional e empregabilidade; - Promoção da igualdade de acesso à educação, à formação e ao mercado de trabalho; - Reforço da Educação e formação ao longo da vida; - Modernização do sistema de protecção social; - Promoção da habitação a preços compatíveis com o rendimento das famílias.
<p>Prevenção dos riscos de exclusão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Generalização das tecnologias de informação e comunicação; - Preservação dos laços familiares e das redes de solidariedade.
<p>Actuação em favor dos mais vulneráveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contratualização nas medidas de inserção social dos grupos mais desfavorecidos; - Aplicação do RSI; - Prevenção e luta contra as situações de risco para as crianças; - Promoção de projectos de desenvolvimento local.
<p>Mobilização do conjunto dos intervenientes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização com vista à participação de todos, a todos os níveis, no processo PNAI.

9.1.5. Integração Estratégica do PDS no PNAI

O PNAI foi um referencial estratégico na elaboração do PDS onde existe uma convergência de estratégias e orientações para a intervenção, pelo que se segue um quadro comparativo entre o PDS e o PNAI:

Objectivos PNAI Linhas do PDS	Promoção da participação no emprego e do acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços	Prevenção dos riscos de exclusão	Actuação em favor dos mais vulneráveis	Mobilização do conjunto dos intervenientes
Eixo 1 Intervenção Social em Rede		2	2	3
Eixo 2 Intervenção Territorializada	3	2	2	3
Eixo 3 Desenvolvimento do Potencial Endógeno	3	2	2	2

Grau de Intensidade:

1	Baixo
2	Médio
3	Elevado

9.1.6. O PNAI e o Programa Rede Social

Estando subjacente ao Programa Rede Social o combate à pobreza e exclusão social, consiste pois num programa de condução do próprio PNAI.

Contribui para a sua execução através do conhecimento das situações de pobreza e exclusão social ao nível local (Diagnóstico Social) e, simultaneamente, através das orientações territorializadas inscritas no Plano de Desenvolvimento Social.

Nesta articulação entre dois níveis de planeamento (macro/micro), espera-se uma adequação das medidas de política nacional aos problemas/necessidades diagnosticadas localmente.

Plano Nacional de Acção para a Inclusão	Programa Rede Social
<ul style="list-style-type: none">- Instrumento de planeamento.- Âmbito Nacional.- Define estratégia nacional concertada para a inclusão social.- Define metas e prioridades, desenha políticas sociais e inventaria instrumentos para a intervenção.	<ul style="list-style-type: none">- Programa estruturante.- Âmbito concelhio.- Objectiva o desenvolvimento de parcerias e a articulação das intervenções sociais dos diferentes actores locais.- Fornece ao conjunto das intervenções sociais uma maior eficácia, através do planeamento integrado e participado.

Através da visibilidade que confere à intervenção de nível local, o Programa Rede Social contribui para a realização dos objectivos ainda não atingido no âmbito do PNAI.

9.2. Plano Director Municipal

7.2.1. GRANDES OBJECTIVOS DO PDM DE ARGANIL

- ⊕ Salvaguarda dos valores naturais, ecológicos, históricos-arquitectónicos, culturais, infraestruturais e estratégicos;
- ⊕ Defesa dos solos com aptidão agrícola e florestal;
- ⊕ Estrutura urbana – definição de uma hierarquia de centros urbanos com o fim de estabelecer uma estrutura urbana funcional para o concelho;
- ⊕ Turismo, sua problemática, processos e meios de actuação;
- ⊕ Equipamentos colectivos, rede equilibrada e estruturada de modo a minimizar dependências;
- ⊕ Criação de novos postos de trabalho, sobretudo como processo progressivo de aumentar as potencialidades humanas e funcionais do concelho;
- ⊕ Gestão e estratégia urbanística, eventual adaptação dos actuais serviços de planeamento para um melhor acompanhamento da fase de implementação do PDM.

Para a sua concretização, é necessário ter ou estudar:

- ▣ Conhecimento físico e humano da área em estudo;
- ▣ Salvaguarda do património cultural e económico;
- ▣ Promoção dos tecidos urbanos e da estrutura local existente (qualidade ambiental, acessibilidades, espaços livres, equipamentos, infra-estruturas e habitação);
- ▣ Expansão - dinâmicas demográficas e a sua tendência de urbanização;
- ▣ Equilíbrio - na definição de padrões e de opções sobre a qualidade de vida;
- ▣ Ordenamento;
- ▣ Administração - na gestão e monitorização do plano.

Presentemente este documento, aprovado em 1995, encontra-se em fase de revisão.

10 - Avaliação

Avaliação da Rede Social de Arganil

A implementação do Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Arganil implica a definição de mecanismos de controlo, monitorização e de um dispositivo de avaliação com o objectivo de acompanhar continuamente a execução do plano, de mobilizar e responsabilizar activamente os parceiros na execução das acções e implementação do PDS.

A avaliação do PDS deve considerar prioritária a consolidação das metodologias participativas aplicadas, permitindo a identificação de resultados obtidos, das mais valias para os grupos alvo e instituições das intervenções implementadas de modo a reforçar a capacidade da rede social como dispositivo de intervenção potenciador da eficácia e eficiência das respostas sociais, através a mobilização dos parceiros.

A avaliação da rede social deve construir um espaço de construção de conhecimento dos parceiros, expresso ao nível da adopção de metodologias e instrumentos de intervenção gerados no contexto de uma linguagem técnica comum, produtores de coerência e complementaridade.

A organização do PDS em diferentes níveis implica uma prática de avaliação contínua e muito próxima da implementação que sirva de factor corrector e orientador ou mesmo transformador dos próprios projectos e intervenções nele contidas.

A avaliação em rede deve orientar os parceiros para um processo contínuo de melhoria e qualificação dos processos e das organizações intervindo na lógica do desenvolvimento organizacional.

A avaliação do PDS deve igualmente constituir um suporte de qualificação técnica que permita a emergência a uma cultura da avaliação em rede, as respostas e respectivos efeitos, resultados e impactos da intervenção social.

A avaliação do PDS de Arganil decorrerá de acordo com o Sistema de Avaliação em Rede Organizacional (SARO) em seguida explicitado:

Sistema de Avaliação em Redes Organizacionais - SARO

Modelo de AVALIAÇÃO DA REDE SOCIAL

Avaliação no contexto de intervenção em rede:

A intervenção social em rede é um espaço de interacção pouco regulado e direccionado onde os parceiros estabelecem os seus objectivos num ambiente comercial marcado pela proximidade, relação e partilha de interesses muitas vezes concorrenciais.

Tipologia de Avaliação:

O modelo de avaliação da rede organizacional é a avaliação participativa – processo de auto-avaliação apoiado e orientado metodologicamente. Pretende-se a mobilização activa e distribuição de responsabilidades pelos parceiros. As tarefas da avaliação devem ser organizadas e distribuídas por todos os patamares da rede com a aplicação de instrumentos e suportes técnicos adequados à sua especificidade.

Enquadramento temporal da Avaliação:

A avaliação do PDS deve ser:

- **Contínua** - baseada na avaliação da informação produzida pelo sistema de monitorização com o objectivo de identificar desvios entre o previsto e o realizado que possam ameaçar o trabalho ou potenciá-lo com novas oportunidades;
- **Intermédia** - centrada no ciclo dos projectos estruturantes ou de momentos significativos no processo de construção da rede, tendo o objectivo de reenquadrar a intervenção e replanear a intervenção em rede.

- **Final** - no término da vigência do PDS deve ser efectuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respectivos impactos. Esta avaliação será sobretudo orientadora das etapas seguintes da intervenção identificando as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

Participantes:

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros da rede de modo a gerar consensos sobre as aprendizagens e novas orientações a definir. Esta participação pretende garantir que se construam novos compromissos para a acção e para a mudança. A avaliação deve ser conduzida e operacionalizada pelo Núcleo Executivo da Rede na posição de suporte metodológico. As modalidades de participação dos parceiros na avaliação devem ser definidas a partir do seu enquadramento organizacional na rede; entidade gestora ou parceiro de projecto, grupo temático ou rede específica onde se integra.

Pressupostos organizacionais para a avaliação:

- Clima de transparência e partilha de informação;
- Compromisso claro para a incorporação das conclusões da avaliação;
- Identificação e legitimação dos responsáveis pela avaliação;
- Integração das actividades da avaliação nos planos de acção das organizações e da rede social;
- Contrato prévio sobre os instrumentos, metodologia e objectivos da avaliação

Áreas de incidência da avaliação:

A avaliação em rede organizacional (ARO) focaliza a sua incidência em três dimensões de análise:

1 – Avaliação da arquitectura organizacional da rede:

Nesta dimensão são considerados os seguintes indicadores chave:

Indicadores inter-organizacionais:

- Níveis de partilha e acesso a informação relevante;
- Articulação e integração das intervenções;
- Níveis de parceria e contratualização;
- Projectos integrados inter organizações;
- Desenho das parcerias e grupos de organizações;
- Interfaces e interacções organizacionais.

Indicadores de desenvolvimento organizacional:

- Capacitação técnica e institucional;
- Níveis de integração técnica e metodológica;
- Níveis de produção e partilha de conhecimento;
- Integração de novos grupos e redes

2 – Avaliação da intervenção em rede:

Nesta dimensão a avaliação é centrada no processo, na intervenção dos parceiros e na execução das actividades previstas mas também na aferição da relevância e pertinência dos objectivos tal como foram traçados no âmbito do PDS. A avaliação nesta dimensão pretende operacionalizar o rácio input/output da intervenção social do concelho inserida e integrada na rede (PDS) ou na sua globalidade.

Indicadores de resultado:

(Verificados nas Matrizes de Enquadramento Lógico dos projectos estruturantes do PDS, nos projectos integrados e estratégicos e nas intervenções chave do concelho).

- Respostas, Produtos, Serviços;
- Metodologias;
- Integração e partilha de recursos;
- Qualidade das respostas aos utentes

Indicadores de efeito / das intervenções incluídas no PDS:

- Sustentabilidade;
- Qualidade das respostas;
- Boas práticas da intervenção;
- Empowerment;
- Igualdade de oportunidades;
- Empregabilidade;
- Dinâmica empresarial;
- Direitos de cidadania;
- Inovação social organizacional;
- Proximidade e acessibilidade social;
- Equidade territorial das respostas sociais.

Indicadores de Impacto:

- Quadro estatístico do pré-diagnóstico/diagnóstico;
- Referencial de desenvolvimento social do concelho.

3 – Avaliação estratégica:

Nesta dimensão a avaliação é centrada na construção e clarificação de orientações estratégicas da intervenção social, na definição e consenso sobre as prioridades emergentes e novas abordagens e redefinição contratual das redes e parcerias de intervenção.

Indicadores estratégicos:

- Visão estratégica de desenvolvimento social;
- Modelos de intervenção;
- Orientações e perspectivas e intervenção;
- Opções estratégicas de organização e funcionamento em rede.

Plano de avaliação

Objectivos da avaliação do PDS:

- Alcançados em 2008 com a avaliação final:
 1. Oportunidades de intervenção integrada das organizações e complementaridade das respostas identificadas e operacionalizadas;
 2. Desenvolvimento social do concelho é mensurável;
 3. Organizações incorporam a auto-avaliação como prática de parceria;
 4. Competências de avaliação acessíveis às organizações no concelho;
 5. Rede social faz a avaliação "on going" e final participada da sua intervenção;
 6. Os resultados da avaliação são divulgados e apropriados pelos parceiros

Passo a passo da avaliação em rede organizacional:

1. Os indicadores de impacto são referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
2. Definidos os sistemas de registo e verificação da informação;
3. Os técnicos responsáveis pela activação da avaliação nas organizações estão identificados e formados;
4. Os indicadores de input e output estão referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
5. O planeamento operacional da avaliação de input e output está definido e contratualizado;
6. Está definido o modelo de relatório de avaliação;
7. O sistema de feedback está definido e contratualizado;
8. Os destinatários da avaliação estão identificados.

Metodologia de Implementação:

- Acompanhamento das reuniões de CLAS e Núcleo Executivo ;
- Acompanhamento da intervenção das Comissões Sociais de Freguesia;
- Acompanhamento e avaliação dos projectos estruturantes;
- Acompanhamento e avaliação dos grupos e redes temáticas;
- Elaboração dos relatórios periódicos de avaliação com a informação sistematizada;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento com sugestões de melhoria;
- Moderação e facilitação de workshops de avaliação dos projectos e intervenções em curso;
- Divulgação dos resultados em seminários temáticos;
- Avaliação e auto-avaliação da participação na rede social;
- Apresentação de resultados em CLAS com recomendações activas de melhoria;
- Propostas metodológicas e técnicas para a implicação dos parceiros na rede;
- Avaliação dos resultados do sistema de monitorização;
- Integração no sistema de informação do conhecimento produzido na avaliação;
- Apresentação em seminário da avaliação de impactos e do desenvolvimento social do concelho.

Responsabilidade técnica:

- Equipa técnica da avaliação
- (Núcleo executivo da rede social e Arganil)
- Responsável técnico
- GAS / CMA

Constituição da parceria de suporte:

(parceiros do Núcleo Executivo e competências académicas disponíveis).

Princípios orientadores da equipa de avaliação:

- Define os termos de referência da avaliação;
- Prepara e organiza o processo de avaliação;
- Assegura a logística da avaliação;
- Elabora o plano de avaliação – (definidas responsabilidades técnicas pelos parceiros);
- Assegura a execução do relatório de avaliação.

11 - Divulgação

Este documento será divulgado a todas as instituições do concelho e à comunidade em geral, servindo assim, os objectivos da **divulgação** e da **visibilidade**.

Desta forma, procuraremos chamar a atenção para as questões da **pobreza e da exclusão social** e para a **mobilização e participação** de todos, nas intervenções realizadas ou a realizar no concelho.

11.1. Plano de Divulgação do PDS de Arganil

- Sessão Pública de Apresentação e entrega do PDS;
- Elaboração e divulgação de Notas de Imprensa em Jornais locais;
- Divulgação com possibilidade de *download* nos sites dos parceiros e do Instituto da Segurança Social/ Rede Social.

Entidade Responsável:

- Núcleo Executivo da Rede Social

12 – Monitorização

A Monitorização é o procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção, identificando eventuais desvios face ao previsto, através da utilização de um sistema de registo. Este controlo incide geralmente no cumprimento do calendário, na realização das acções definidas e na utilização dos recursos previstos.

Enquanto processo de apoio ao planeamento, permite coordenar, imprimir coerência à intervenção, moderar possíveis conflitos, propor alternativas em caso de impasse, valorizar os contributos e o potencial de cada parceiro.

Objectivos da Monitorização:

- Avaliar o desvio entre as actividades previstas em Plano de Acção e as actividades realizadas;
- Construir e aplicar instrumentos de recolha, de sistematização e de retorno da informação;
- Accionar os mecanismos de decisão caso a avaliação detecte oportunidades ou insuficiências na execução do Plano;
- Diagnosticar necessidades e oportunidades da intervenção ao nível dos parceiros, das instituições.

Entidade Responsável: Núcleo Executivo da Rede Social

Acompanhamento:

O **Acompanhamento** do processo será assegurado pelo técnico da Rede Social, sendo este, um **recurso**, atento às necessidades dos interlocutores, à identificação de recursos e à criação de canais de acesso para a partilha de informação (planos enquadradores da intervenção, abertura de candidaturas a programas ou medidas, formações, seminários, estatísticas, etc.).

13 - Sistema de Informação da Rede Social de Arganil

Índice:

1. Conteúdos
2. Comunicação
3. Suportes
4. Fluxos
5. Gestão da REDE – sistema de informação
6. Gestão do conhecimento
7. Certificação

Gestão do sistema

Recursos externos:

- Candidatura ao Equal;
- Centro de Recursos de Conhecimento;
- Programa Leader

13.1. Conteúdos

Nota: muitos dos conteúdos estão em fase de sistematização nomeadamente os que se referem a inputs e outputs dos serviços e instituições que intervêm na área social. A construção do sistema de informação passa pela construção de indicadores, padrão de referência para as respostas sociais.

Índices de Desenvolvimento Social

Quadro estatístico de Referência Estatística do Concelho de Arganil.

Indicadores Estatísticos padrão – Sistema de Informação da Rede de Arganil

Dimensão
Caracterização Física/ Demografia
Actividade Económica
Saúde
Educação
Formação Profissional
Habitação
Protecção e Acção Social
Medidas, Programas e Projectos
Associativismo Local, Equipamentos Desportivos e Recreativos

13.2. Comunicação:

Nota: Os interfaces por onde a informação disponível cruza e acede aos interessados estão em fase de implementação. Muitos existem formalmente mas os procedimentos de troca de informação não estão muito definidos o que faz com que as potencialidades existentes estejam subaproveitadas.

Interfaces Institucionais Formalizados:

- Sistema de Informação e apoio à Rede Social do ISSS;
- CLAS – Conselho Local de Acção Social;
- Linhas Estratégicas de Intervenção da Rede Social;
- Projectos Estruturantes;
- Núcleo executivo do RSI – Rendimento Social de Inserção;
- CPCJ;
- Conselho Municipal de Segurança;
- Conselho Municipal de Educação;
- Parcerias de projectos – PMPT, Equal, Interculturalidades

Interfaces Institucionais Informais:

Plano de eventos anuais:

- Feira Anual de Arganil;
- Seminário de apresentação pública do PDS;
- Plano de eventos Bianuais

Interfaces Tecnológicos:

- Fórum electrónico do ISSS - Lisboa/Rede Social;
- Site da Rede Social;
- Sites dos parceiros da rede;
- Portal do projecto Equal;
- Sistema de Informação Geográfica

13.3. Suportes:

Nota: Os suportes comunicacionais estão muito dispersos e difusos não existindo uma gestão coerente que os optimize em função de necessidades institucionais identificadas. As práticas de intervenção e resposta social não sistematizam muita da intervenção que necessitariam em parte porque os sistema de registo e procedimento não são compatíveis e ou agregados.

Electrónicos:

- Página(s) da Internet;
- Edição do PDS em Cd-rom.

Estáticos:

- Boletim da Rede Social;
- Brochuras temáticas da intervenção social;
- Actas dos eventos da rede;
- Relatórios de avaliação do PDS;
- Relatórios de monitorização do PDS;
- Relatório de actividades das instituições parceiras da rede;
- PDM;
- Carta Educativa;
- PDL – Leader;
- Registo;
- Processo de acompanhamento familiar do RSI;
- Fichas e registos diversos nas valências e respostas sociais.

13.4. Fluxos:

Nota: existem poucas regras e protocolos incrementadores e reguladores da circulação e trânsito da informação. O sistema de informação da rede social é o primeiro normativo contratualizado de acesso à informação. Falta definir regras de acesso e protocolos de controlo e codificação de alguma informação sigilosa, mas sobretudo falta definir os procedimentos de cruzamento de dados. Por outro lado falta padronizar os sistemas de registo de modo que se possam trabalhar mais dados em menos suportes de modo a criar cruzamentos automáticos.

Dispositivos a criar:

- Registo estatístico compatível entre instituições;
- Mapa de recursos de informação – relação pergunta – resposta;
- Processos familiares uniformes multi-institucionais e com regras de codificação;
- Processo *on-line* actualizado em tempo útil e com *passwords* de acesso aos técnicos.

13.5. Gestão da REDE – sistema de informação:

Nota: a complexidade de gestão e dinamização de um sistema de informação implica um centro de competência que faça a gestão de todas as interações. A existência de centros promotores e alimentadores da dinâmica do sistema, de modo a torná-lo compatível e acessível é algo novo e sem precedentes. Será preciso estruturá-lo e definir recursos técnicos e institucionais de suporte.

- Centro de decisão no sistema de informação – GIIT da Rede Social
- Centro de recursos técnicos
- Centro de gestão operacional – equipa técnica a instituir por candidatura a financiamento

13.6. Gestão do conhecimento:

Nota: A sistematização do conhecimento é uma das mais valias específicas do sistema de informação. Para o constituir e direccionar são precisos momentos próprios de qualificação dos recursos técnicos para que essa apropriação seja possível pelas instituições e reverta em práticas mais eficazes e eficientes. Por outro lado a criação de um quadro de referência global sobre a realidade do concelho é fundamental para o planeamento adequado das intervenções e dos recursos.

Áreas de intervenção:

- Formação dos técnicos na operacionalização de instrumentos de recolha e sistematização da informação;
- Formação dos técnicos nas TIC;
- Disseminação dos resultados em Workshops e pela utilização dos dispositivos do sistema de informação;
- Edições temáticas com o conhecimento produzido e analisado.

13.7. Certificação:

Nota: A insipiência da gestão de informação na área social justifica a introdução de normas e procedimentos qualificantes e a compatibilidade externa com as práticas mais avançadas na área.

Áreas de intervenção:

- Análise de sistemas de informação na área social;
- Definição de normas de qualidade;
- Pareceres técnicos sobre opções e política de informação.